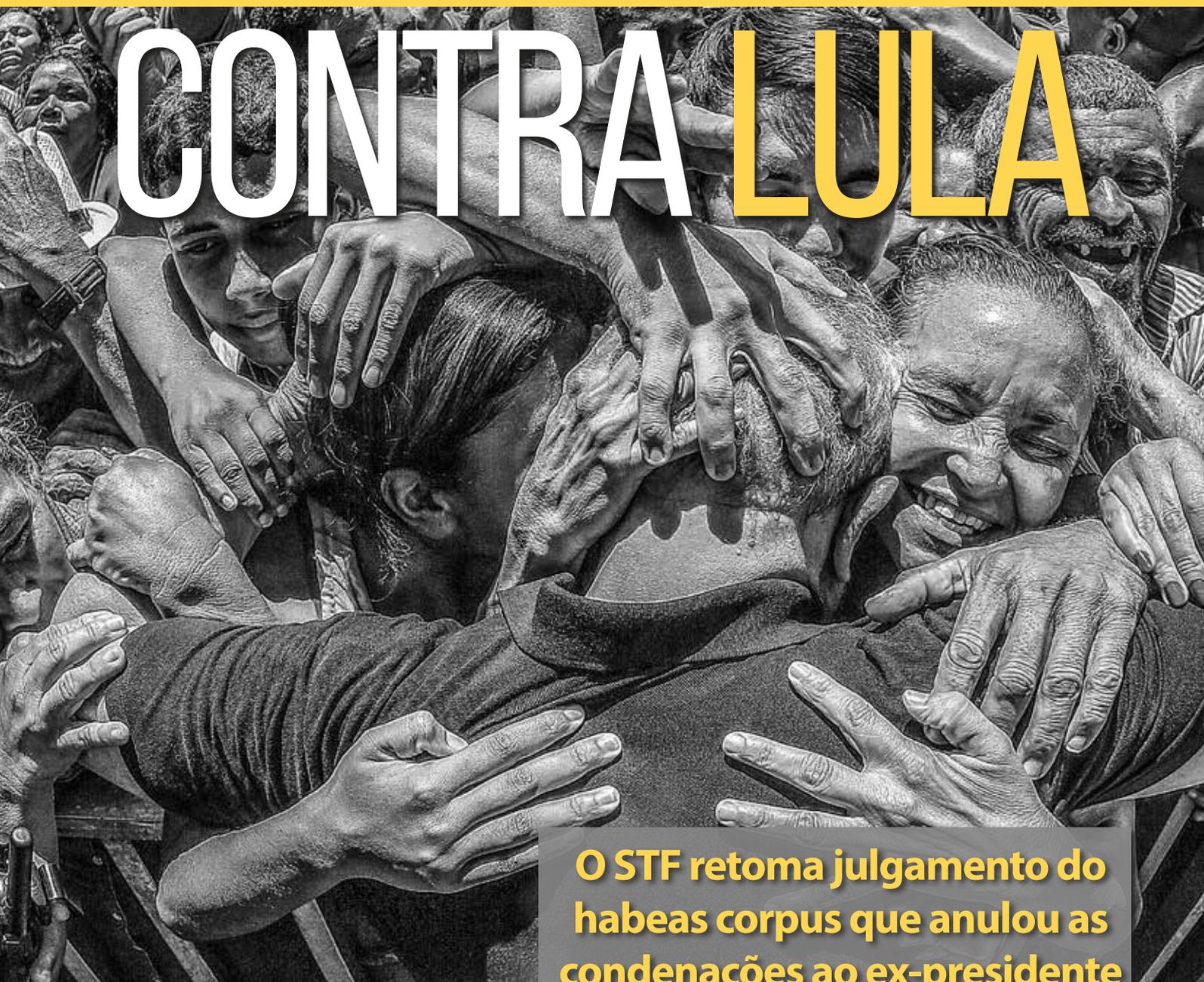


A DEMOCRACIA NÃO PODE ACEITAR

MAIS UM GOLPE

CONTRA LULA



O STF retoma julgamento do habeas corpus que anulou as condenações ao ex-presidente

Mas a injustiça pode voltar

Bolsonaristas pressionam o ministro Edson Fachin a voltar atrás em sua decisão

focus
BRASIL



ASSISTA AO PROGRAMA PAUTA BRASIL

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo
Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice
Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.
Produção: Oficina da Notícia
Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e
Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice,
Artur Henrique da Silva Santos,
Carlos Henrique Árabe,
Jorge Bittar, Márcio Jardim
e Valter Pomar.

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff
Presidente: Fernando Haddad
Conselheiros: Arlete Sampaio,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim,
Dilson Peixoto, Elói Pietá,
Flávio Jorge Rodrigues, Gleber Naime,
Helena Abramo, Iole Ilíada,
José Roberto Paludo, Juliana Cardoso,
Lais Abramo, Luiza Borges Dulci,
Maria Celeste de Souza da Silva,
Maria Selma Moraes da Rocha,
Nabil Bonduki, Nalu Faria,
Nilma Lino Gomes, Nilmário Miranda,
Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes,
Teresa Campello e Valmir Assunção.

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br
Telefone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5573-3338
Endereço: Rua Francisco Cruz, 234
Vila Mariana
São Paulo (SP)
CEP 04117-091

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**
em defesa da vida
e da democracia
**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**



ObservaBR
CAMINHOS DA RECONSTRUÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Acesse em fpabramo.org.br/observabr

JUSTIÇA: PARA LULA E O BRASIL

LAWFARE. Cresce pressão para anular decisão que beneficiou ex-presidente

BASTA. PT repudia assédio ao Supremo para retomar perseguição

MANOBRA. Aragão, Streck e Carvalho denunciam recurso ao pleno do STF

ECONOMIA. Em 2 anos, Bolsonaro promoveu um desmonte geral do país

PANDEMIA. O abismo das 345 mil mortes, e Bolsonaro rechaça adotar lockdown

ESTADISTA. Lula volta a apelar aos líderes do G20 para garantir vacina a todos

SUS. Partidos de esquerda cobram a quebra da patente de vacinas

MANIFESTO. Grupo de Puebla defende projeto político de Justiça Social

FOME. Tereza Campello denuncia aumento da insegurança alimentar



EDITORIAL

Foto: Agência Brasil

O CANDIDATO DA ESPERANÇA

Aloizio Mercadante *

O retorno de Lula foi uma poderosa injeção de oxigênio em uma democracia que estava na UTI, maculada por um golpe travestido de impeachment e pela ofensiva do lawfare e do arbítrio, que alijaram a participação da maior liderança política da história do Brasil das últimas eleições presidenciais. Sua volta foi saudada de forma calorosa não só no Brasil, mas também por líderes internacionais.

Após a anulações das condenações e do julgamento que considerou Sérgio Moro parcial, Lula já lidera as pesquisas eleitorais e vence no segundo turno. Também avança forte em um terreno até então dominado pelo gabinete do ódio e pelas fake news e já empata com Bolsonaro em popularidade digital.

No reencontro com o povo brasileiro, Lula deu centralidade e racionalidade à necessidade de avançarmos no combate à pandemia, reforçando a importância das medidas de distanciamento social, do uso de máscaras e da vacinação em massa. Além disso, pautou o dever do Estado de assegurar a renda e o emprego das pessoas, defendeu a urgência do auxílio de R\$ 600, em um país que mais de 27 milhões caíram abaixo da linha de pobreza.

O gigantismo de Lula forçou uma reação imediata de Bolsonaro. Desesperado e com a popularidade desabando, o capitão foi obrigado a trocar o militar intendente do Ministério da Saúde e a demitir o ministro tarja preta do Itamaraty. Bolsonaro flertou com uma possibilidade frustrada de autogolpe, humilhando as Forças Armadas e forçou a demissão dos comandantes das Três Forças.

Assombrado pelo impedimento, entregou a articulação política e as emendas parlamentares para uma inexperiente deputada do Centrão. Também aparelhou o Ministério da Justiça e a AGU para continuar blindando o clã das graves acusações das rachadinhas e para aumentar a intimidação contra adversários políticos, reforçando a utilização do entulho autoritário com a LSN.

Entretanto, a força de Lula, conquistada por mais de 60 anos de vida pública, em que caminhou pelas periferias do país defendendo a democracia, o combate à fome e um país justo e solidário, somada à consistência do legado dos governos do PT continuam a atormentar um cada vez mais diminuto Bolsonaro.

Com a volta de Lula, a polarização está dada e tende a inviabilizar uma "terceira via" da direita tradicional neoliberal. Por isso, ainda que o ambiente tenha mudado, o Lula Livre ainda não está resolvido e aumentam as pressões da direita golpista sobre o STF por mais um retrocesso que inviabilize a mudança.

Mas, sem rancores e sem ódio, o PT está pronto para voltar a governar o país. Precisamos unificar a esquerda e construir uma ampla aliança para defender a vida e a democracia. O PT tem um legado para apresentar à Nação e tem também o candidato da esperança, aberto ao diálogo e comprometido com um projeto de reconstrução e transformação do Brasil. Lula! •

* Ex-ministro e presidente da Fundação Perseu Abramo.

JUSTIÇA PARA LULA



Uma nova **manobra jurídica** é movida no STF contra o ex-presidente na tentativa de invalidar decisão que anulou as condenações de Moro

A ofensiva conta mais uma vez com a máquina conservadora de setores empresariais, que **pressionam diretamente Fachin** a rever decisão

A trama tem por objetivo impedir Lula – mais uma vez o **favorito nas pesquisas eleitorais** – a disputar as eleições presidenciais de 2022

A tentativa de uso da máquina judiciária brasileira para promover nova perseguição política ao ex-presidente Lula continua. De maneira suspeita, as engrenagens do ódio instaladas na mídia, no Ministério Público e em setores da direita brasileira continuam a se movimentar para cometer mais abusos contra o maior líder político do Brasil. Justamente quando Lula volta a despontar como o favorito nas eleições presidenciais e tem sua volta à arena política saudada por líderes do mundo.

Nesta quarta-feira, 14, o Supremo Tribunal Federal retoma o julgamento de um habeas corpus movido pela defesa do ex-presidente. O ministro-relator Luiz Edson Fachin quer reavivar o caso. Ele submeteu ao plenário decisão que ele próprio tomou. Em sentença monocrática, Fachin reconheceu que Moro não tinha competência para julgar o ex-presidente. E que a Vara Federal de Curitiba não era o foro adequado para examinar as alegações contra Lula. Muito menos para condená-lo. A decisão

que anulou a condenação de Lula por Moro foi tomada em 8 de março.

Agora, o ministro pede para que a sentença vá ao exame do colegiado do STF. A medida causa preocupação ao país e à comunidade internacional. Juristas como Eugênio Aragão, Lênio Streck e Marco Aurélio Carvalho consideram-na inadequada. Os advogados apontam que não cabe promover a revisão da decisão – um ato jurídico perfeito – ao plenário. E argumentam que o procedimento viola a Constituição.

Na sexta-feira, 9, Fachin surgiu em Veja, declarando: “Não seria inusual o plenário derrubar o entendimento da turma”. O ministro disse que os 11 ministros vão decidir se o fato dele ter declarado a incompetência de Moro para julgar Lula em Curitiba invalida toda e qualquer deliberação tomada depois pela Segunda Turma. “Nada disso é incomum”, afirma.

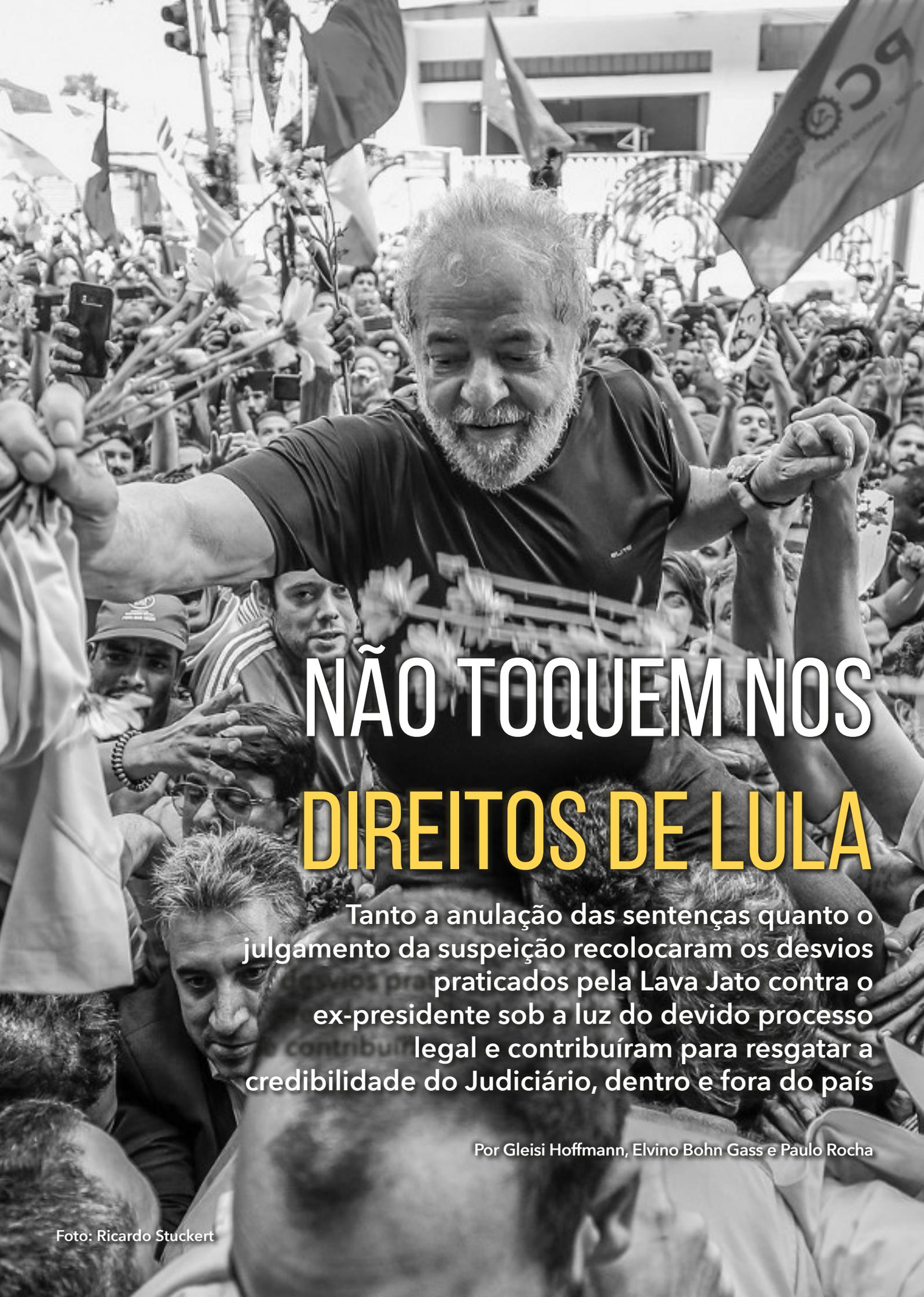
Aragão, Streck e Carvalho discordam. “É inusitado”, diz o ex-ministro da Justiça. Os colegas reforçam: “Ninguém na face da Terra pensaria que um ministro do STF,

do alto de sua responsabilidade política, poderia anular um conjunto de processos e depois, por uma questão estratégica, votar contra si mesmo”. Os advogados se mostram perplexos com a hipótese: “Seria um ‘case’ a ser estudado no mundo todo”.

O movimento no STF pode alterar mais uma vez o jogo político e retirar do povo o direito legítimo de votar e escolher o futuro presidente do Brasil. Tenta-se retirar mais uma vez, antecipadamente, Lula da disputa eleitoral. Como ocorreu em 2018, sob os aplausos escancarados de setores empresariais e da mídia corporativa, além dos conservadores e das forças anti-populares.

Tudo isso acontece agora, depois de Lula vencer o lawfare de Sérgio Moro, que o condenou de maneira ilegal e abusiva – o magistrado que largou a toga para fazer política no governo Bolsonaro, mas antes condenou e prendeu Lula com toda sorte de ilegalidades.

A esperança é que há juízes em Brasília. Eles não deixarão a injustiça prevalecer. •



NÃO TOQUEM NOS DIREITOS DE LULA

Tanto a anulação das sentenças quanto o julgamento da suspeição recolocaram os desvios praticados pela Lava Jato contra o ex-presidente sob a luz do devido processo legal e contribuíram para resgatar a credibilidade do Judiciário, dentro e fora do país

Por Gleisi Hoffmann, Elvino Bohn Gass e Paulo Rocha

A decisão do ministro Edson Fachin, determinando a anulação dos processos referentes ao ex-presidente Lula na 13ª Vara Federal de Curitiba por incompetência de jurisdição, e o julgamento da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal sobre a suspeição do ex-juiz Sergio Moro em relação a Lula são atos jurídicos corretos, que correspondem plenamente ao que vinha sendo pleiteado desde 2016 pela defesa do ex-presidente.

Tanto a anulação das sentenças quanto o julgamento da suspeição recolocaram os desvios praticados pela Lava Jato contra Lula sob a luz do devido processo legal e contribuíram para resgatar a credibilidade do Judiciário brasileiro, dentro e fora do país.

Tiveram ampla repercussão nacional e internacional, por devolver a Lula a plenitude de seus direitos políticos, o que significa também devolver ao povo brasileiro a esperança no futuro do país.

A defesa do ex-presidente Lula já manifestou formalmente ao STF o claro entendimento de que de tais decisões não cabem recurso ao plenário da Corte e que ambas estão afetadas exclusivamente à competência da Segunda Turma. Tal entendimento é amparado na lei, no Regimento Interno do STF e nos precedentes firmados em plenário, aplicados a dezenas de outros julgamentos.

É inquestionável que o ministro Luiz Edson Fachin tinha competência e razões, tanto jurídicas quanto processuais, para anular as sentenças impropriamente transitadas na Vara de Curitiba. É também

fora de questão que a Segunda Turma entendeu necessário prosseguir no julgamento das ações conexas, como o fez no habeas corpus da suspeição, e que a anulação das sentenças não aboliu outras ilegalidades apontadas pela defesa do ex-presidente.

Por tudo isso, causa perplexidade que o presidente do STF tenha marcado para o próximo

SETORES INCONFORMADOS COM A RESTAURAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE LULA QUEREM AGORA UMA CAMBALHOTA JURÍDICA DO STF

dia 14 o julgamento, no plenário da Corte, de impugnação apresentada pela Procuradoria Geral da República à decisão monocrática do ministro Fachin, sendo que a competência para tanto é da Segunda Turma.

Agora, o que não causa estranheza é que setores inconformados com a restauração dos direitos políticos de Lula – que em última análise representam o direito livre de voto do povo brasileiro – venham a

manifestar, pela imprensa, sua intenção e até mesmo a expectativa de promover uma reviravolta no assunto, uma verdadeira cambalhota jurídica por parte da Suprema Corte.

São os mesmos que apoiaram desde o início a violação do Direito, da Constituição e do devido processo legal para promover a perseguição da Lava Jato contra Lula. São os mesmos porta-vozes da farsa e da chicana que insistem em perverter o sistema judicial, com objetivos políticos claros e também interesses inconfessáveis.

A decisão monocrática de 8 de março e o julgamento concluído em 23 de março são cristalinos: revogam as ilegalidades e parte das injustiças contra o ex-presidente Lula na Vara Federal de Curitiba. Afetam exclusivamente a Lula e a nenhum outro réu ou condenado pela Lava Jato. Não afetam em nada a segurança jurídica do país. Ao contrário, restauram o que dispõe a lei, a previsibilidade e a credibilidade da Justiça.

O Partido dos Trabalhadores considera absolutamente necessário apresentar tais esclarecimentos à Nação e alertar a sociedade para a movimentação dos pescadores de águas turvas, que pretendem revogar as corretas decisões do STF em relação ao ex-presidente Lula, valendo-se uma vez mais da mentira e da desinformação.

Não toquem nos direitos de Lula!

Justiça para Lula é Justiça para o Brasil! •

* Respectivamente, deputada federal e presidenta nacional do Partido dos Trabalhadores, líder do PT na Câmara dos Deputados e líder do PT no Senado Federal.



DE NOVO, PODEM FAZER INJUSTIÇA

Recurso ao plenário do STF
é inusual e configura manobra
do ministro Edson Fachin.
Mais uma vez, tentam
impedir que Lula
seja candidato
à Presidência em 2022

Por Eugênio Aragão

Foto: Ricardo Stuckert



Em 14 de abril, o Supremo Tribunal Federal volta a discutir duas questões cruciais no tocante à atuação do ex-juiz Sérgio Moro em processos movidos por procuradores na chamada Operação Lava Jato de Curitiba contra o ex-presidente Lula. Estarão em causa, outra vez, a incompetência do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba e a suspeição de seu então titular.

Ao leigo pode parecer estranho que, tendo a 2ª Turma do STF já deliberado a respeito, venha a matéria a ser revolvida, agora pelo pleno da Corte.

A questão de fundo a permitir nova manifestação judicial é o fato de a decisão sobre a competência ter sido proferida pelo relator de um habeas corpus, Luiz Edson Fachin, de forma monocrática, sem passar pelo colegiado. Já a decisão sobre a suspeição de Moro é definitiva, porque colegiada, tomada na turma.

Isto é, é definitiva segundo os cânones do direito processual, pois não há recurso que possa submetê-la ao pleno. Mas, quando se está diante de um jogo em que tudo vale, ainda se pode forçar a mão.

É que a decisão do ministro Fachin sobre a suspeição determinara a extinção do habeas corpus em que se discutia a suspeição de Moro, considerando prejudicado seu exame, já que, com a incompetência do juiz de Curitiba, reconhecida individualmente por ele, não haveria mais espaço para se discutir se era suspeito ou não. Isso do ponto de vista do relator. Mas a turma assim não entendeu. Como o habeas corpus estava já em julgamento, não teria mais o ministro Fachin como subtraí-lo do exame colegiado. Foi vencido, nessa questão, por 4 votos a 1.

Mas, ainda assim, o imbróglio comporta um novo capítulo. O procurador-geral da República recorreu do despacho do ministro

Marcelo Camargo/Agência Brasil



“INFELIZMENTE, QUANDO SE ESTÁ DIANTE DE UM JOGO EM QUE TUDO VALE, AINDA SE PODE FORÇAR A MÃO”

EUGÊNIO ARAGÃO

Fachin sobre a incompetência de Moro. Esse recurso contra a decisão monocrática, denominado agravo interno ou agravo regimental, é de regra destinado ao colegiado da turma, onde tramita em mãos de seu relator.

E aí que está a manobra para manifestação do pleno: sabendo desde já da posição da turma, que acolheria a incompetência sem considerar prejudicado o exame da suspeição, Fachin resolveu submeter o agravo a todos os ministros. Acredita ter chances, com isso, de, acolhido seu despacho na íntegra, impedir a análise da suspeição e, com isso, tornar sem efeito o julgamento a esse respeito da 2ª Turma.

Trata-se indubitavelmente de procedimento inusitado. O agravo só poderia ir ao pleno se houvesse discrepância e contradição com julgamento na 1ª Turma, a demandar unificação de posicionamento da corte. Mas, neste caso, nada há de parecido, já que o caso é único, sem similar na outra turma.

Logo, o agravo deveria ser submetido à própria 2ª Turma.

A questão é fundamental porque dela depende a validação, na prática, da decisão que considerou Sérgio Moro suspeito. É verdade que, mesmo sem suspeição, os processos de Curitiba, com a incompetência do juízo, retornariam à estaca zero. Mas, além de “absolver” Moro das chicanas politiquieras contra o ex-presidente Lula, poderia acarretar, a desconstituição da decisão da 2ª Turma, a validação das provas produzidas em Curitiba, permitindo processamento mais célere de eventual nova ação penal em Brasília, a tempo, quiçá, de voltar a impedir Lula de concorrer ao mandato presidencial em 2022.

É tudo que seus detratores pretendem e as manobras inéditas do ministro Fachin trabalham nessa direção, num novo episódio do “lawfare” praticado contra o ex-presidente Lula. •

* Ex-ministro da Justiça no governo Dilma Rousseff



Sérgio Lima

A ENCRUZILHADA DO STF: DIREITO ANTES DE MORO OU DEPOIS DO MORO?

O Brasil viveu – admitamos – uma “ideologia lavajatista”, que turvou, por um longo período, o pensamento jurídico brasileiro. O Supremo vai agora ignorar as ilegalidades do ex-juiz federal, que independente da Operação Spoofing, dentre outros absurdos grampeou telefones de advogados de um réu, no caso o ex-presidente Lula?

Por Lenio Streck e Marco Aurélio de Carvalho*

O título deste texto pode parecer dramático. Mas é disso mesmo que se trata. O Brasil viveu - admitamos - uma "ideologia lavajatista", que obnubilou, por um longo período, o pensamento jurídico brasileiro. Os personagens: Moro e seu auxiliares (e foi isso mesmo), o "Russo" e os "filhos de Januário", procuradores da força-tarefa.

Passados os anos, o Supremo Tribunal tomou duas grandes decisões - assumamos, paradigmáticas. A primeira foi a admissão do ministro Luiz Edson Fachin de que a 13ª Vara de Curitiba foi incompetente para julgar os processos que envolviam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A segunda, declarando a parcialidade-suspeição do juiz da causa, porque, entre outras coisas - e sem precisar usar os contundentes "diálogos" da Operação Spoofing - este (Moro) grampeou telefones dos advogados de defesa (do réu), o fundo do poço de qualquer agir judicial.

Agora, em face disso, há três grandes questões em aberto.

1. A incompetência do juízo de Curitiba

A primeira é a incompetência do juízo de Curitiba, declarada com base no artigo 192 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Com isso, o ministro Luiz Edson Fachin anulou todos os processos contra o ex-presidente Lula. Causa finita. O regimento permite a decisão monocrática quando a matéria está pacificada.

Como *amicus* da Corte, mais uma vez ousamos colaborar, para dizer que o Regimento Interno do STF não é uma super lei. Não vale mais do que a Constituição. Por isso deve ser interpretado em conformidade com a Constituição. E deve ser harmonizado com o restante da legislação processual. O regimento não é uma ilha.

Assim, o artigo 22, que autoriza o relator a submeter determinada matéria ao pleno "quando, em razão da relevância da questão jurídica ou da necessidade de prevenir divergência entre as turmas, convier pronunciamento do plenário" não se aplica ao caso já julgado monocraticamente por Fachin. Qual é a condição para a afetação ao plenário? Simples. A de que haja divergência. Isso não há. A matéria é relevante? Claro que é. Porém, somente a relevân-

MORO FOI DECLARADO INCOMPETENTE PARA JULGAR. COM ISSO, O MINISTRO FACHIN ANULOU TODOS OS PROCESSOS CONTRA LULA. CAUSA FINITA

cia não pode constituir gatilho para o reexame em plenário. Fosse assim e todas as matérias iriam para o plenário. Afinal, tratando-se da Suprema Corte, qual é a matéria que não é relevante?

De mais a mais, o artigo 22 do Regimento Interno do STF diz "submeter ao plenário". Não diz que o relator decide monocraticamente e depois submete ao pleno. A melhor leitura do regimento, porque razoável, é a de que o relator, diante da necessidade de prevenir divergência (sim, tem de

haver divergência), leva ao pleno como uma espécie de "questão de ordem". Mas, se não tem divergência, aplica-se o artigo 192. O que não dá é aplicar os dois dispositivos ao mesmo tempo. Esse é o ponto que parece estar sendo esquecido.

Claro que sabemos que o STF tem a posição de admitir que a remessa de habeas corpus ao plenário é ato discricionário do relator. OK. Mas isso não significa que essa posição do STF seja a melhor interpretação.

E por que ousamos dizer isso? Porque não nos parece razoável deixar que o relator decida, ao seu alvedrio, qual o habeas corpus que irá ao plenário. Além do mais, parece razoável também dizer - repetimos - que essa remessa é anterior à decisão do relator, não se aplicando aos casos em que o relator decida monocraticamente exatamente porque não há divergência. O regimento não deve ser interpretado em fatias.

Salientamos, além disso, que o Ministério Público não é parte em habeas corpus. Nesse sentido, um interessante acórdão do STF (HC 69.889/ES - Relator ministro Celso de Mello). Aqui também vale visitar os argumentos constantes no voto do ministro Gilmar Mendes na ADPF 758. Veja-se: o artigo 192 não está isolado. Ele é pré-judicial e prejudicial ao inciso 11 do art. 21 do RISTF.

Vamos, agora, ao artigo 22: "O relator submeterá o feito ao julgamento do plenário (...) b) quando, em razão da relevância da questão jurídica ou da necessidade de prevenir divergência entre as Turmas, convier pronunciamento do plenário.

A letra "b" supracitada não se aplica porque não se configura a condição para a perfectibilização da hipótese legal, qual seja, a de que haja matéria de divergência (é pacífico que a vara de Curitiba só pode julgar matéria que envol-



Divulgação

PRINCÍPIO O advogado Lênio Streck lembra que um réu não pode ser julgado duas vezes pelo mesmo tribunal, mormente se foi vencedor no primeiro julgamento. Isso é vedado pelo Direito mundial

va Petrobras). Por isso, parece lógico afirmar que não é necessário prevenir divergência sobre algo em que não há divergência.

Na verdade, o artigo 22 só tem sentido se for entendido como sendo um dispositivo que busca o full bench (plenário, banca cheia). Essa é a leitura constitucionalmente adequada do dispositivo. O Regimento Interno do STF não pode travestir uma afetação ao plenário em recurso de ofício da turma para o plenário. Ou julga na Turma ou julga direto no plenário.

Por isso, o RISTF deve ser interpretado conforme a Constituição. Explicando: Se o inciso 9 do artigo 21 contivesse a expressão “quando for o caso”, poder-se-ia aceitar, com boa fundamentação, a remessa. Mas sempre per saltum, é claro. Antes. E não depois de decisão monocrática.

Isto porque parece claro que o artigo 21 é procedimental. Ou seja, relator envia quando for o caso. E os casos estão dispostos no artigo 22, parágrafo único, alíneas a e b (divergência ou relevância do tema). Entender diferentemente é assentar que a definição do juiz natural deixará de ser exurgente da lei e se converterá em escolha subjetiva do Relator - e isso é-será inconstitucional.

2. O caso da suspeição-parcialidade do juiz Sérgio Moro

A segunda questão advém do desejo de Fachin e do MPF em levar ao plenário a decisão que julgou a suspeição de Moro. A 2ª Turma concluiu o julgamento. Causa finita. Não existe recurso de turma para o plenário. Todos os argumentos despendidos aci-

SE MORO FOI
PARCIAL EM
RELAÇÃO A UM
PROCESSO DO
EX-PRESIDENTE,
TAMBÉM O FOI
NOS DEMAIS
PROCESSOS. E ISSO
É VEDADO POR LEI

ma aqui se aplicam. Ainda com mais vigor e pertinência.

Um réu não pode ser julgado duas vezes pelo mesmo tribunal, mormente se foi vencedor no primeiro julgamento. Seria uma *reformatio in pejus* que seria feito pelo plenário do STF, o que é vedado pelo Direito mundial.

Pendurada nessa segunda questão está a tentativa, de Fachin, de buscar fazer com que a incompetência por ele declarada (da qual ele, paradoxalmente, desconfia, porque recorreu de si mesmo para o plenário) prevaleça sobre a suspeição também já declarada. Ora, temos duas questões: a incompetência está declarada e a suspeição também. Causa finita. Qualquer alteração contra o réu ou paciente é *reformatio in pejus*. Simples assim.

Além disso, considerar que a incompetência é mais grave do que a suspeição-parcialidade é inverter as prioridades e os princípios que regem o processo penal. Direito se julga por princípio e não por políticas, alerta Dworkin. A incompetência é estrutural e a parcialidade é personalíssima. O que vale mais?

3. A extensão da parcialidade

Isso leva à terceira questão: a parcialidade-suspeição já declarada pode ser estendida aos outros processos do mesmo paciente, julgados e instruídos pelo mesmo juiz?

A resposta é sim. Explicaremos. O juiz foi parcial porque (i) conduziu o ex-presidente quando não poderia fazê-lo nas circunstâncias em que o fato ocorreu, com todos os holofotes, a humilhação e quejandos. Também (ii) foi julgado parcial porque mandou interceptar, ilícitamente, telefones dos causídicos do paciente. Também (iii) foi considerado parcial porque divulgou, ilícitamente, conversa entre o paciente e a ex-presidente Dilma Rousseff.

São no mínimo três pontos tóxicos que envenenam – para usar a linguagem da teoria que se originou nos Estados Unidos – não somente “o processo” que originou o habeas corpus “mãe”, como também todos os processos em que se encontram presentes os fatores personalíssimos.

Isto é: se Moro foi parcial em relação a um processo do ex-presidente, também o foi nos demais processos. Suspeição-parcialidade (aqui dá no mesmo) é característica do julgador, que age de determinado modo, vedado pela lei, em relação a um réu.

Assim, na metáfora da teoria “Fruits of the Poisonous Tree”, a árvore é o juiz e seu agir contrário à lei. Todos os frutos que disso saem, envolvendo as circunstâncias pessoais dele, juiz, e do réu que sofreu os atos parciais, são envenenados.

Portanto, não parece haver maiores complexidades na extensão dos efeitos da declaração de parcialidade aos outros processos que tenham sido manejados, instruídos e sentenciados pelo juiz-suspeito. Mesmo o processo em que o juiz não sentenciou recaem os efeitos da parcialidade. A simples “colheita” dos frutos feita por outro magistrado não purificam os frutos, inaptos para consumo jurídico.

4. O STF e a história

Resumindo, o STF não pode cair em uma armadilha histórica. A afetação ao plenário, em determinadas circunstâncias – como é o caso de Fachin e do caso da suspeição – parece indicar o mal-sinado “recurso de ofício”. Até um autor conservador como Alfredo Buzaid admitia que o recurso de ofício era uma versão brasileira do inquisitivism. O juiz tinha de ser controlado pelas instâncias de poder. Ora, não parece que uma turma do STF ou um ministro que julga um caso de matéria pacificada tenha de recorrer de si mes-



PRINCÍPIO O advogado Lênio Streck lembra que um réu não pode ser julgado duas vezes pelo mesmo tribunal, mormente se foi vencedor no primeiro julgamento. Isso é vedado pelo Direito mundial

mo, para que a instância de poder diga se acertou ou errou. No Estado Democrático de Direito isso parece até mesmo bizarro, embora se possa compreender que, em determinadas circunstâncias, havendo, efetivamente, controvérsias do tipo “questão prejudicial”, a afetação ao plenário tenha total validade. Porém, não no caso da decisão de Fachin. Será, inclusive,

uma *capitis diminutio* da decisão e será o canto de cisne do teor do artigo 192 do RISTF.

Afinal, com a devida vênia, qual é a própria razão da existência do artigo 192 do RISTF? Parece-nos que seja, com muitas aspas, gerar “eficiência” na prestação jurisdicional do Pretório Excelso, evitando que teses jurídicas análogas e repetitivas sejam corriqueiramente apreciadas pelo colegiado.

Pensamos, assim, que a Suprema Corte, antes de propriamente reexaminar a matéria já decidida monocraticamente, deveria realizar um juízo de admissibilidade e, por decorrência, firmar interpretação do RI para casos futuros, retirando o poder discricionário do relator. Para que um paciente ou réu não seja julgado duas vezes e tampouco o relator possa escolher o foro de julgamento, subtraindo o juiz natural do processo.

**O STF NÃO PODE
CAIR EM UMA
ARMADILHA
HISTÓRICA. UM
MINISTRO QUE
JULGA UM CASO
PACIFICADO NÃO
PODE RECORRER DE
SI MESMO**

5. De como o Supremo Tribunal é muito maior que um juiz parcial

Numa palavra final: há poucos dias, o ministro Marco Aurélio, corifeu de decisões exemplarmente garantidoras de direitos, concedeu entrevista à *Folha de S.Paulo*. O conteúdo preocupou grande parte da comunidade jurídica.

Com todo o respeito que merece o ministro Marco Aurélio, a quem sempre rendemos nossas homenagens pela sua trajetória, não se trata, em julgamentos como esses acima, trazer à baila personalidades como “Moro foi herói nacional” e coisas do gênero.

Primeiro, como o próprio ministro Marco Aurélio sempre diz, processos não tem capa, não tem rosto. Logo, não se pode dizer que as qualidades pessoas de um juiz se sobrepõem ao seu mau agir processual.

Além disso, também com o devido respeito, o STF é bem maior que Sergio Moro, um juiz suspeito e parcial, quem, logo após conduzir ilegalmente um ex-Presidente, vazar seus diálogos com a então Presidente e ainda por cima grampear seus advogados, sair da magistratura, e, depois de o condenar, vir a servir ao adversário do réu condenado. De novo: a história do STF é muito maior do que isso.

Seria fazer pouco caso dos 130 anos da história do STF termos que admitir que a figura pessoal do Moro tenha mais importância que seus malfeitos processuais. O STF não permitirá.

6. A lição de Pedro Lessa que atravessa os séculos

Por fim, homenageamos a Suprema Corte com uma citação de quem talvez tenha sido um dos cinco maiores ministros do STF nestes 130 anos, Pedro Lessa, o primeiro negro da Corte. Já na época Lessa se preocupava com os ataques à Corte e às Instituições. Parece que Lessa escreveu a apresentação de seu em “Do Poder Judiciário” para os anos em que vivemos. Já à sua época, era grande o “numero de brasileiros que [...] condennam as vigentes instituições políticas, e pedem sejam ellas alteradas ou mesmo suprimidas”, ao que o eminente jurista responde que “a verdade é

que os males, que lhes costumamos atribuir, decorrem, não da sua observância, mas da falta de conhecimento e aplicação das mesmas”.

Em tempos de negacionismos de toda sorte e de ataques às instituições públicas e ao próprio Direito, deveríamos ficar com Lessa:

“Antes de modificarmos, ou de eliminarmos, a nossa lei fundamental, aconselha a mais elementar prudencia que cuidemos de a conhecer e aplicar”.

Portanto, a Suprema Corte brasileira é muito grande. Grandes juristas fizeram e fazem a sua história. Creemos que não será um juiz que abusou de seu cargo que venha a colocar qualquer dúvida na apreciação histórica que uma Suprema Corte tem de ter nos momentos cruciais da República.

Eis o desafio. Para o qual o Brasil e o mundo estão olhando.

Ao enfrentá-lo, o superaremos e sairemos ainda mais fortalecidos.

Ps: Uma questão final. Este texto estava concluído quando surgiu a ilação, na mídia, de que o ministro Fachin poderia, em plenário, alterar seu voto e, dessa vez, considerar competente a 13ª Vara de Curitiba. Isso depois de, usando o RISTF, anular os processos. Por óbvio que essa notícia é uma fake-jus. Ninguém na face da terra pensaria que um ministro do STF, do alto de sua responsabilidade política, poderia anular um conjunto de processos e depois, por uma questão estratégica, votar contra si mesmo. Seria um “case” a ser estudado no mundo todo. E, mais, seria a confissão de que ele mesmo, ministro do STF, foi - e é - parcial, tal qual o juiz Moro.

Por isso, só pode ser fake-jus essa ilação perversa. O STF, como dissemos, é bem maior do que isso. •

*Lenio Luiz Streck, jurista e professor; Marco Aurélio de Carvalho, advogado. Ambos são membros integrantes do Grupo Prerrogativas

PRERROGATIVAS DENUNCIA PRESSÃO DE MERVAL PEREIRA

O grupo jurídico Prerrogativas, composto por advogados e juristas, se manifestou na segunda-feira, 5 de abril, sobre artigo do colunista Merval Pereira, no jornal O Globo, no qual apontou que o ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, poderia vir a reverter sua decisão do início de março, quando anulou todas as decisões processuais tomadas contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo então juiz titular da Justiça Federal do Paraná, Sérgio Moro, dentro da Operação Lava Jato.

Em sua coluna dominical, Merval Pereira acabou se excedendo e abusou do opinionismo político. O Prerrogativas denunciou que o jornalista acabou “lançando uma pecha de inidoneidade sobre o comportamento do ministro”. Diz a nota do grupo de juristas: “Não é admissível a julgador algum empreender ‘manobras’ com a finalidade de fazer prevalecer artificialmente os seus pontos de vista em relação a litígios sob sua responsabilidade”.

Em outro trecho da nota divulgada à imprensa, os membros do Prerrogativas dizem o seguinte: “Convém assinalar que, ao julgar monocraticamente o habeas corpus no qual enfim foi reconhecida a absoluta incompetência do juízo criminal federal de Curitiba para apreciar denúncias contra o ex-presidente Lula, o ministro Fachin concretizou uma decisão, tal como postulado por seus competentes advogados constituídos desde sempre”. •



Arte: Fozie

BALANÇO NA ECONOMIA: ACELERANDO O DESMONTE

Em dois anos, o bolsonarismo avança no desmantelamento do Estado, destruindo direitos do povo e arrebatando com as políticas sociais. Na contramão do mundo, o governo insiste na agenda neoliberal de Paulo Guedes, que resultou em mais de 14 milhões de desempregados e o aumento da fome e da miséria

por NAPP da Economia

A agenda econômica do governo Bolsonaro tem como objetivo acelerar a destruição do Estado através da venda de seu patrimônio, da redução dos direitos sociais e da desregulamentação de diversos ramos de atividades, apostando numa versão arcaica do neoliberalismo. Paulo Guedes é a personificação dessa agenda que se mostra completamente descolada da realidade nacional e global, estacionada que está em uma ideologia ultrapassada desde a década de 1970.

No entanto, o que caracteriza a agenda econômica do bolsonarismo é a mistura desse neoliberalismo arcaico com o patrimonialismo e corporativismo de alguns setores da sociedade brasileira, que dominaram quase todos os postos do Estado brasileiro. Enquanto a maioria dos trabalhadores observa inerte a destruição de seus direitos sociais e trabalhistas, algumas corporações e setores econômicos aproveitam sua proximidade com o governo para obter benesses fiscais e regulatórias.

O resultado preliminar dessa mistura tem se mostrado um verdadeiro fracasso. Em 2019, contando com amplo apoio empresarial e midiático, a agenda de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes foi incapaz de fazer o Brasil retomar o rumo do crescimento econômico. O primeiro ano de governo Bolsonaro foi marcado por um crescimento econômico inferior ao último ano do governo de Michel Temer, levando ao aprofundamento da crise no mercado de trabalho e uma nova rodada de deterioração da estrutura produtiva. A resolução dos problemas fiscais foi apenas mais uma entre as diversas promessas que se viram postergadas indefinidamente.

Em 2020, diante da maior crise sanitária da história recente do capitalismo global, o negacionismo

e a inação do governo Bolsonaro foram responsáveis por milhares de mortes e pela profunda crise que se abateu sobre a economia brasileira. Os únicos fatores capazes de mitigar a debacle econômica tiveram origem na pressão da sociedade e da oposição no parlamento, capazes de viabilizar o auxílio emergencial no valor de R\$ 600 e uma série de programas de suporte a atividade econômica, através da aprovação do chamado Orçamento de Guerra". Inicialmente o governo não ape-

EM JANEIRO, NUMA ATITUDE CRIMINOSA, O GOVERNO ENCERROU AUXÍLIO EM MEIO A INSURGENTE SEGUNDA ONDA DA PANDEMIA

nas negava a pandemia, como minimizava seus efeitos econômicos, afirmando que com poucos milhões de reais seria capaz de "acabar com a Covid".

No início de 2021, em mais uma atitude irresponsável e criminosa, o governo encerrou todas as medidas de suporte econômico em meio a insurgente segunda onda da pandemia, mais veloz e letal que a primeira. Ao negar a extensão do estado de calamidade, Bolsonaro retomou o teto de

gastos e deixou de pagar novas parcelas do auxílio emergencial, encerrando também todos os gastos extras com saúde, apoio a estados e municípios, suporte a pequenas e micro empresas e programas de manutenção do emprego formal.

Em desespero diante da acelerada deterioração sanitária, econômica e social observada nos primeiros meses de 2021, o governo condicionou a recriação de um diminuto auxílio emergencial a aprovação de uma nova regra fiscal capaz de acelerar a destruição do Estado no longo prazo. Enquanto chantageava a sociedade, a inflação seguia crescendo na esteira do aumento do preço de alimentos, combustíveis e gás natural, ao mesmo tempo que a renda das famílias desabava diante do desemprego, desalento e fim do auxílio.

O crescimento no ritmo de mortes causada pela Covid-19 e suas variantes, além de uma tragédia humanitária que afeta direta e indiretamente milhões de famílias no Brasil, levará o país de volta a recessão econômica no primeiro semestre de 2021. As pequenas e médias empresas sucumbirão com a absoluta falta de medidas de suporte de crédito e renda, reforçando o desemprego, o desalento e pobreza. É neste cenário de caos sanitário, econômico e social que o governo Bolsonaro encerra seu primeiro biênio, sem indicar nenhuma proposta concreta para saída dessas crises conjugadas.

O desmonte na proteção social e no mercado de trabalho

O governo Bolsonaro está marcado por duas crises no mercado de trabalho, que se acumularam. A primeira consiste no salto estrutural do desemprego durante a crise de 2015, que foi erroneamente combatido com a Reforma Trabalhista promovida pelo Golpe de 2016.

A desorganização do Estado de Bem-estar levou à perda do tecido social gerado pelas políticas públicas capazes de diminuir a pressão sobre o mercado de trabalho, especialmente entre os jovens. No desespero de sustentar a família para além dos chefes, que estão desempregados e sem mais o acesso aos serviços públicos, o mercado de trabalho está inchado pela falta de perspectiva dos seus participantes. Completou essa primeira onda o aumento da população estrutural de desempregados.

Em mais de 20 anos, desde o Plano Real, a população absoluta de desempregados oscilou entre 4 a 9 milhões de pessoas. Este número saltou para próximo de 14 milhões em 2020. E mantêm-se perigosamente estável, com um grande potencial de crescimento para o cenário acelerado pandêmico de 2021.

O novo contingente de desempregados no Brasil demanda políticas públicas e programas políticos distintos, pois cresce a dinâmica própria da vida para o desemprego de parte expressiva da população economicamente ativa, uma porta de entrada irresistível às formas precárias e à superexploração do trabalho.

Ademais, o peso dos trabalhadores ocupado nas formas tipicamente protegidas - servidores públicos, empregadores e trabalhadores com carteira - do mercado de trabalho reduziu-se mais de 3 pontos percentuais desde 2016, formando em 2020 52,5% da população ocupada, enquanto a população desprotegida - conta-próprias, trabalhadores sem carteira e em regime familiar - do mercado de trabalho aumentou para 47,5%.

A segunda crise do trabalho é bastante peculiar e iniciou-se em 2020. Esta é caracterizada pelo mecanismo perverso de encurtamento do mercado de trabalho como resultado da forma como o combate à pandemia foi encami-

nhada pelo governo Bolsonaro.

Sem uma política clara desde o início sobre a defesa da quarentena para todos os brasileiros e a busca de meios materiais para viabilizá-las, os trabalhadores brasileiros, tipicamente dualizados entre setores formal e informal, viram seus postos de trabalho em serviços não essenciais desaparecerem com as medidas sanitárias corretamente adotadas pelos governadores, sem um conjunto de medidas protetivas dos postos de trabalho por parte do governo.

A hesitação e dúvida - tanto sobre o auxílio emergencial para trabalhadores informais, que somente seria sancionado em 1º de abril de 2020, transcorrido mais de um mês de pandemia, quanto sobre o sistema de proteção necessário ao mundo formal de trabalho - deterioraram as condições laborais da economia, expulsando mais de 10 milhões de pessoas do mercado de trabalho em poucos meses.

Isso resultou em variações de -5,9% para a massa salarial. E em -8,5% de redução na população economicamente, além de -9,6% na população ocupada no trimestre entre abril e junho, ápice da primeira onda do coronavírus no país.

Há uma pequena reversão desse quadro no terceiro trimestre de 2020, mas ainda não foi ca-

paz de recuperar o quadro geral de desestruturação do mercado de trabalho.

Há situação inédita no Brasil em que mais da metade da população em idade ativa está ou fora do mercado de trabalho ou desempregada. O efeito da perda de renda e aumento da desigualdade consequente disso só não foi tão agudo devido ao amortecimento promovido pelos auxílios aos setores formais e informais da economia. No entanto, o problema demográfico está dado, que pode ser explosivo à medida em que as medidas de sustentação emergencial da renda do trabalho sejam retiradas abruptamente sem que a pandemia se tenha resolvido.

Os efeitos conjunturais dessa crise gêmea no mercado de trabalho vão provocar consequências estruturais na sociedade brasileira extremamente negativas. Há uma "geração Covid" em gestação no Brasil, formada pelos jovens no mercado de trabalho que serão duramente afetados pela desestruturação dos empregos formais durante e na saída da pandemia e pelas crianças e jovens em idade escolar duramente afetadas pelo bloqueio intempestivo da renda do trabalho das famílias, combinado com o sucateamento da máquina pública, em especial na oferta de educação de qualidade.



Os investimentos por aluno têm caído brutalmente desde a mudança forçada de paradigma de desenvolvimento para o fiscalismo potencializado pelo Teto de Gastos. Em 2020, no meio da crise sanitária e humanitária, o Ministério da Educação cortou ainda mais 10,2% o orçamento para investimentos da pasta.

Ademais, a incapacidade de o governo Bolsonaro em oferecer uma saída racional para a interrupção das aulas no sistema público penalizaram muito mais os estudantes pobres, não apenas na questão do aprendizado, mas também no acesso à alimentação, muito importante por meio das merendas escolares.

Durante o período de refração da primeira onda de contágio, a abertura de serviços privados, como bares e restaurante, foi priorizada em relação às escolas públicas, muitas delas estão ainda fechadas passados mais de um ano de pandemia. Os efeitos colaterais dessa estratégia serão devastadores para o futuro do Brasil.

O desmonte nas empresas públicas e na estrutura produtiva

Do ponto de vista da estrutura produtiva, o baixo dinamismo da economia brasileira desde durante o governo Bolsonaro, afetando a dinâmica do mercado interno, tem sido uma das principais variáveis responsáveis pelo fechamento de grandes empresas em setores estratégicos. Isso acelerou ainda mais o processo precoce de desindustrialização no Brasil. A participação da indústria de transformação no PIB caiu de 12,3%, em 2018, para 11,3%, em 2020.

Entre 2018 e 2020, mais de 14 multinacionais deixaram o país pela falta de crescimento econômico e a falta de perspectiva de retomada. Em média, desde

EM MAIS DE 20 ANOS, DESDE O PLANO REAL, A POPULAÇÃO DE DESEMPREGADOS OSCILOU ENTRE 4 A 9 MILHÕES DE PESSOAS. AGORA SOMA 14 MILHÕES

2018, uma estrangeira desistiu do país num intervalo de menos de três meses. Com a crise, duas dimensões do enfraquecimento da estrutura produtiva chamam atenção:

1) O desmonte das estatais, com as privatizações e a estratégia de aditivos e subsidiárias serem liquidadas para fragilizar o poder produtivo e o tamanho dessas estatais para serem definitivamente privatizadas. Já foram 15 empresas vendidas, e um caso que chama a atenção é o desmonte da cadeia de refino relacionado a Petrobras, com a empresa perdendo a capacidade de processamento do petróleo nacional aos seus custos de produção, tirando as possibilidades da Petrobras administrar sua política de preço. Com a privatização das refinarias e a política de Paridade de Preços de Importação (PPI), a sociedade brasileira paga um preço alto com o aumento constante dos combustíveis e do gás.

2) O governo Bolsonaro também tem adotado uma forte política de redução do investimento

no complexo econômico industrial da saúde no Brasil, em particular nos laboratórios públicos e que fica em evidência com a crise da Covid-19. A Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil (Alfob) apresentou estudo onde mostra que além da redução de investimentos, o Ministério da Saúde rompeu Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP) com sete laboratórios públicos nacionais, o que suspendeu a produção de alguns medicamentos como Sofosbuvir e Vacina Tetraviral, entre outros. Na época, a Alfob previu a perda anual de, pelo menos, R\$ 1 bilhão para o setor e já apontava os riscos de desabastecimento. Essa medida enfraqueceu mais ainda a estrutura produtiva do complexo industrial da saúde no Brasil, levando o país a uma maior dependência de insumos importados. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (Abifiqui), somente 5% dos insumos utilizados pela indústria farmacêutica para a produção de remédios prontos são produzidos no Brasil – o outros 95% são importados.

A macroeconomia do desmonte: arrocho fiscal e inflação

A condução da política macroeconômica na primeira metade do governo Bolsonaro foi marcada pelo arrocho fiscal, pela queda da taxa básica de juros acompanhada da redução do crédito público, e pela instabilidade e desvalorização cambial.

Desde o início, o governo manteve o discurso da austeridade fiscal e da defesa da redução da intervenção do Estado na economia. Assim, no primeiro ano, o governo Bolsonaro aprovou a reforma da Previdência e enviou ao Congresso PECs que desobrigam, desindexam e desvinculam gastos públicos que garantem a

efetivação de direitos sociais, viabilizando sua redução estrutural.

O Palácio do Planalto não quis e, ajudado pela incompetência de parte das equipes que assumiram o comando dos órgãos, não conseguiu gastar, apesar da necessidade de estimular a economia estagnada. Assim, as despesas primárias ficaram R\$ 34 bilhões abaixo do valor permitido pelo Teto de Gastos, já muito restritivo, e o déficit primário foi R\$ 44 bilhões menor que o da meta prevista na LDO.

O arrocho levou o governo a reduzir os recursos para políticas públicas importantes, como a manutenção de estoques reguladores de grãos para manter o abastecimento interno a preços minimamente estáveis, e a manter os investimentos públicos em níveis historicamente baixos, pouco acima da metade dos de 2014. Funcional ao desmonte da capacidade de ação estatal, o subfinanciamento tem sido uma escolha.

O governo iniciou o segundo ano disposto a mantê-la, adotando a austeridade no discurso e na prática ao não conceder reajuste real do salário mínimo. Contudo, com o impacto da pandemia de Covid-19, se viu obrigado a adotar medidas de mitigação. A mais notória delas, o auxílio emergencial, foi adotada de forma tardia, e somente alcançou o volume necessário graças à derrota do governo no Congresso.

A lentidão e o acanhamento marcaram a maioria das demais medidas adotadas, em linha com a obsessão com o arrocho explicitada, por exemplo, no fato de que praticamente nenhuma medida teve o prazo estendido para 2021 apesar das fortíssimas evidências de que os efeitos da pandemia sobre a saúde pública se prolongariam, o que acabou acontecendo.

O Banco Central praticou no período uma política de redução

da taxa básica de juros compatível com o marasmo da economia. Ela foi, todavia, torpedeada pela deliberada redução da ação dos bancos públicos no financiamento da atividade e do investimento. O melhor exemplo disso é dado pelo BNDES, que em 2019 devolveu de forma antecipada R\$ 100 bilhões que havia tomado em prestado junto ao Tesouro, reduzindo sua capacidade de atuação.

Não surpreende que o investimento naquele ano tenha ficado praticamente no mesmo nível baixo dos anos anteriores, antes de despencar em 2020 com a pandemia. A taxa de câmbio, por sua vez, tem registrado violentas flutuações e, em 2020, sofreu desvalorização de mais de 30% em relação ao dólar, a maior entre as moedas das principais economias emergentes, na esteira da desconfiança no exterior quanto à capacidade do governo de tomar as medidas necessárias para evitar o descontrole da pandemia e para organizar a retomada da economia.

Impulsionada principalmente por essa forte desvalorização,

TRANSCORRIDA A METADE DO MANDATO DE BOLSONARO, NÃO HÁ NENHUM INDICATIVO DE RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

a inflação no país recentemente acelerou, em especial a que afeta os mais pobres. Assim, enquanto o IPCA geral fechou 2020 em 4,52%, o IPCA referente à alimentação em domicílio foi quatro vezes maior. Com níveis historicamente elevados de desemprego e salários estagnados, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores aumentam.

Transcorrida a metade do mandato de Bolsonaro, não há nenhum indicativo de retomada do crescimento econômico. A ideia de que a austeridade levaria ao aumento da confiança dos investidores e, com isso, dos investimentos, impulsionando o crescimento, não se mostrou correta. Ao contrário, o primeiro trimestre de 2021 deve voltar a registrar a queda do produto. O horizonte não se mostra favorável.

O preço do fracasso

A economia brasileira chega profundamente enfraquecida ao final do primeiro biênio do governo Bolsonaro. Hoje, somos apenas a décima segunda maior economia global, quando nos governos Lula já chegamos a ser a sexta. Voltamos a ser assolados pela miséria, pela fome e pela absoluta ausência de oportunidades de trabalho digno para milhões de brasileiros.

As reformas liberais não apenas fracassaram em seu intuito de promover o crescimento, como fragilizaram a situação dos trabalhadores e das famílias, assoladas pelo desemprego e por um mercado de trabalho que não gera boas oportunidades. As pequenas e médias empresas fecham suas portas aos milhares devido a absoluta ausência de apoio durante a pandemia. A inflação sobe e os resultados fiscais se deterioram na esteira da depressão econômica. Apenas uma nova agenda de desenvolvimento econômico e social será capaz de retirar o Brasil do abismo que o bolsonarismo nos colocou. •



Getty Images

DIREITO À COMIDA E A FICAR EM CASA

O Brasil volta a entrar no Mapa da Fome, apesar de ser um dos cinco maiores produtores de alimentos do mundo. A insegurança alimentar atinge 19,1 milhões de brasileiros. Isso é resultado da agenda do governo. É hora do auxílio emergencial de R\$ 600. O desamparo não pode virar política de Estado

Por Tereza Campello

A fome volta às manchetes, mesmo sendo o Brasil um dos cinco maiores produtores de alimentos do mundo. Os dados são do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan).

Mais da metade dos brasileiros (55,2%) estão em insegurança alimentar. São 116,8 milhões que não

sabem se terão alimentos no próximo período e que relataram algum nível de privação de qualidade ou quantidade de alimentos entre outubro e dezembro. Destes, 19,1 milhões estavam em insegurança alimentar grave: a fome.

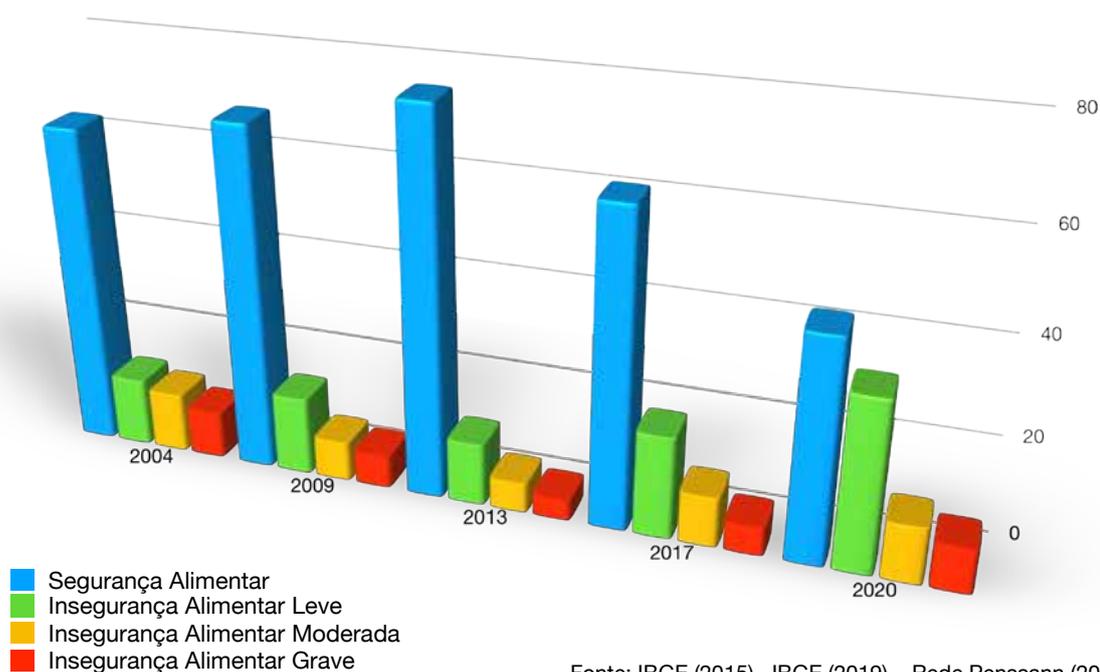
Há quem queira atribuir o flagelo da volta da fome à Covid-19, da mesma forma que no passado se responsabilizava a seca. Mas um olhar atento à série histórica no gráfico abaixo permite identificar dois períodos completamente distintos.

O primeiro, nos governos Lula

e Dilma, onde o Brasil se tornou referência mundial ao reduzir a fome em mais de 82%, graças à bem sucedida estratégia brasileira de combate à fome e pobreza, que combinou: 1) liderança política; 2) aumento da renda dos mais pobres com a geração de 21 milhões de empregos formais, e aumento real em 74% do salário mínimo; 3) 14 milhões de famílias no Bolsa Família e políticas de proteção social; 4) comida de verdade na merenda escolar, beneficiando 43 milhões de crianças e jovens; 5) fortaleci-

BRASIL

SITUAÇÃO DE SEGURANÇA/INSEGURANÇA ALIMENTAR



mento da Agricultura familiar; 6) governança, transparência e participação da sociedade, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e SISAN. (FAO, 2014).

O segundo período é marcado pela volta da insegurança alimentar e da fome, que já podia ser aferida no governo de Michel Temer, e que, portanto, não pode ser atribuída apenas à Covid-19. Em 2018, a segurança alimentar já havia caído de 77,1%, em 2013, para 63,3%. Ou seja, já estávamos em uma situação pior que a do começo do governo Lula. E o índice atinge o pior momento

em dezembro de 2020: 44,8%.

Este quadro dramático é o resultado do desmonte das seis frentes estratégicas listadas acima, somadas à condução desastrosa do governo Bolsonaro em meio à pandemia. É a aniquilação das políticas de proteção social e de proteção ao trabalhador, do desbaratamento das várias políticas voltadas à agricultura familiar e ao direito a alimentação que abrem o caminho para a volta do Brasil ao Mapa da Fome. A Covid-19 encontra a população desprotegida e acirra ainda mais este quadro.

A situação, em abril de 2021, certa-

mente é pior que a registrada no inquérito, em dezembro de 2020, como resultado da interrupção do auxílio emergencial, com 67 milhões de brasileiros e suas famílias completamente desassistidos pelo governo federal. O desamparo às populações virou política de Estado no governo Bolsonaro, com a condução da política fiscal de Paulo Guedes.

A divulgação da pesquisa da rede Panssan se dá em momento fundamental, fortalecendo a luta por um auxílio emergencial de R\$ 600, como defendem os partidos de oposição no Congresso. Este valor é o equivalente ao preço de uma cesta básica.

O auxílio emergencial tem a função primordial de garantir o direito à população vulnerável de ficar em casa. Sem esse benefício básico em patamares dignos, o povo é obrigado a ir às ruas, inviabilizando as medidas sanitárias de redução do contágio, enquanto a vacina não é assegurada de forma universal.

* Economista, foi ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no governo Dilma Rousseff.

**A FOME NÃO
VOLTOU AGORA
POR CONTA DA
PANDEMIA. ISSO
É FRUTO DA
DESTRUIÇÃO DAS
POLÍTICAS SOCIAIS
DOS GOVERNOS
LULA E DILMA**

**345 MIL
MORTOS...**
**E O GOVERNO
NÃO SE IMPORTA**

PT critica Bolsonaro: **a crise se agrava**.
Faltam vacinas e insumos, mas o Senado
terá de instalar agora a CPI da Pandemia
Bolsonaro descarta adoção de
lockdown, enquanto Butantan anuncia a
suspensão da produção de **imunizantes**
Governo federal **cortou R\$ 36 bilhões**
no orçamento da Saúde para 2021.
"O Brasil segue desgovernado"

Senadores e deputados do PT voltaram a alertar para a gravidade da situação da saúde pública no país, diante da omissão criminosa de Jair Bolsonaro. Na quarta-feira, 7, durante visita a Chapecó, em Santa Catarina, o presidente voltou a afastar a hipótese de o governo federal vir a decretar o lockdown nacional como medida para conter a pandemia do Covid-19. No mesmo dia, o Instituto Butantan anunciou a suspensão da produção de vacinas, por causa da falta de insumos.

O líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), lembra que o governo Bolsonaro cortou recursos da área social, reduzindo investimentos em áreas vitais como saúde e educação. E, justamente no momento em que o país precisa recorrer aos cofres

públicos para enfrentar uma catástrofe de ordem pública, o governo dá prioridade a outros gastos. "Agora, com a pandemia e um Orçamento reduzido em R\$ 36 bilhões, a situação é ainda mais precária. Falta investimento e vacina, mas sobra incompetência do governo federal", critica o parlamentar. O Senado tem a oportunidade agora de apurar as responsabilidades de Bolsonaro na condução da pandemia. Na quinta-feira, o ministro Luiz Roberto Barroso atendeu a pedido da oposição para a instalação de uma CPI da Pandemia.

"O Brasil segue desgovernado", alerta o líder do PT, senador Paulo Rocha (PA). "O país pode enfrentar um apagão de vacinas contra a Covid", lamenta. Como se não bastasse a falta de vacinas e o avanço da doença, o parlamentar alertou que a fome está

se agravando nas regiões Norte e Nordeste. "Pela primeira vez em 17 anos, mais da metade da população não teve certeza se haveria comida suficiente em casa no dia seguinte, teve que diminuir a qualidade e a quantidade do consumo de alimentos e até passou fome", adverte Paulo Rocha.

Para os petistas, é vital uma campanha de imunização em massa, como vem ocorrendo nos Estados Unidos. "Precisamos de vacinas urgente", cobra o senador Jaques Wagner (PT-BA). "A condução errada da pandemia pelo governo brasileiro tem custado vidas e sofrimento para milhares de famílias. Não estaríamos nessa situação se tivéssemos entrado na fila da compra de vacinas", lembrou o parlamentar. O Brasil ultrapassou na quinta-feira, 8, a marca de 345 mil mortos por Covid desde o início da pandemia.

A bancada do PT critica o governo por pressionar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) a retirar da pauta de votações na quarta-feira o projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que determina a quebra temporária das patentes de vacinas durante a pandemia, como forma de ampliar a produção de imunizantes no país. O líder Paulo Rocha diz que a medida é descabida e que o Senado não pode deixar de apreciar a matéria, porque as pessoas estão morrendo.

Os senadores do PT anunciaram ainda que vão lutar para derrubar o Projeto de Lei 948/2021, aprovado na terça pela Câmara dos Deputados, que permite a compra de vacinas contra a Covid-19 por empresas privadas. O senador Humberto Costa (PT-PE), ex-ministro da Saúde no governo Lula, chamou a proposta de “excludente e equivocada” e anunciou que vai trabalhar para derrubar o projeto. “Essa proposta cria o critério de vacina por renda, assim como já foi o voto no país. No que depender de mim e da nossa bancada, será derrubado no Senado. É algo inaceitável, é a institucionalização de um apartheid social”, alerta.

O projeto conta com o apoio do governo, que segue cometendo outros absurdos. Na quarta-

GOVERNO CONSEGUIU SUSPENDER A VOTAÇÃO DO PROJETO DE PAULO PAIM QUE QUEBRA AS PATENTES DE VACINAS DURANTE A PANDEMIA

ta-feira, durante visita a Chapecó, Bolsonaro voltou a se colocar contra o lockdown, medida sugerida como urgente por médicos e cientistas para impedir a propagação do vírus. O presidente ressaltou que não tomará medidas mais duras de isolamento social para conter a pandemia, como recomendado por autoridades.

Como se não bastasse, há uma paralisação da produção de imunizantes pelo Butantan ocorre no

pior momento da pandemia. O Butantan ainda vai seguir com a entrega de vacinas nesta semana, porque tem 2,5 milhões de doses já prontas aguardando o prazo do controle de qualidade. O instituto confirmou que cumprirá os prazos estabelecidos nos contratos com o Ministério da Saúde, apesar do atraso na chegada de insumos. A instituição se comprometeu a entregar 46 milhões de doses até o final deste mês.

Epidemiologistas estimam que abril será o pior mês da pandemia. O país superou na última semana a marca diária de 4.249 mortes em 24 horas e a previsão é de que a pandemia piore nas próximas semanas. O neurocientista Miguel Nicolélis avalia que o Brasil pode quebrar o recorde e superar as 5 mil mortes diárias nas próximas semanas. Além da falta de imunizantes, os estoques de medicamentos estão acabando.

Mais de 1.000 cidades brasileiras passam por dificuldade com abastecimento de oxigênio no Brasil. Um levantamento do Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde (Conass) aponta que um dos problemas é a dependência de cilindros para armazenar o insumo, fundamental para a assistência médica de pacientes com Covid-19. •

A SEMANA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: IMPEACHMENT E CONVITES

O Movimento Nacional das Favelas e Periferias, o PT e demais legendas da Oposição entraram, na terça, 6, com novo pedido de impeachment contra Jair Bolsonaro. Participaram do ato na Câmara o líder André Constantine, do Movimento Nacional das Favelas e Periferias, a presidenta do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), o líder da bancada na Câmara, deputado Bohn Gass (PT-RS), e outros líderes da oposição. Já são 108 pedidos de afastamento de Bolsonaro.

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou na quarta, 7, requerimento do deputado Alexandre Padilha (PT-SP) para que o ministro-chefe da Casa Civil, General Luiz Eduardo Ramos, apresente as ações do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara aprovou requerimento da deputada Erika Kokay (PT-DF) convidando o General Eduardo Pazuello,

ex-ministro da Saúde, a prestar esclarecimentos sobre pedidos de propina na pasta.

Já a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle aprovou convite ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, para que esclareça a redução do número de Farmácias Populares, o reajuste de preços de medicamentos e o aumento do número de mortes. O requerimento é de autoria do deputado Leo de Brito (PT-AC) e assinado pelo deputado Jorge Solla (PT-BA).



Ricardo Stuckert

DESMONTE Lula denuncia a política destrutiva de Bolsonaro: “O Brasil tinha um Programa de Imunizações reconhecido em todo o mundo. No meu governo, fomos capazes de vacinar 80 milhões de pessoas contra a gripe H1N1 em apenas três meses”

LULA SUGERE GOVERNANÇA GLOBAL CONTRA A COVID: “NÃO HÁ SAÍDA INDIVIDUAL”

Em carta aberta no Dia Mundial da Saúde, o ex-presidente lamenta o descontrole da pandemia no Brasil, responsabiliza Bolsonaro e volta a apelar aos líderes mundiais do G20: “Nas duas batalhas urgentes do nosso tempo, contra a fome e contra o vírus, o mundo precisa de união e de urgência”

Por Luiz Inácio Lula da Silva

Hoje é o dia Mundial da Saúde mais triste da história do Brasil, com o país como epicentro da pandemia mundial da Covid-19. O que eu mais queria é que este fosse um dia de celebração. Um dia em que cada brasileiro e cada brasileira pudesse comemorar a conquista do direito à saúde e, portanto, à vida.

Não há o que se comemorar, quando uma pandemia sem controle já matou quase 3 milhões de pessoas ao redor do mundo, 345 mil delas só no Brasil. E continua matando.

Infelizmente, nosso país é considerado hoje uma ameaça global, pela circulação descontrolada do vírus e o surgimento de novas mutações. É preciso que se diga que essa ameaça ao planeta tem nome e sobrenome: Jair Bolsonaro, um presidente da República que nega sistematicamente a ciência e que faz pouco caso do sofrimento do povo que jurou defender.

Hoje no Brasil, profissionais da área da saúde têm que lutar ao mesmo tempo contra um vírus mortal e contra o descaso do governo, que deixa faltar desde equipamentos de proteção individual, como as máscaras, até medicamentos para intubação e oxigênio.

Ao mesmo tempo, os principais instrumentos de combate ao vírus – a vacinação em massa, o distanciamento social e o uso de máscaras – são criminosamente boicotados pelo governo.

Por isso, hoje é também um dia de luto. Dia de compartilhar a dor de milhões de brasileiros e brasileiras que perderam mães, pais, filhos, filhas, amigos, amores. Dia de voltarmos nossos corações e nossas orações para todas as pessoas que neste exato momento lutam pela vida nas UTIs ou mesmo nos corredores dos hospitais superlotados, porque não foram vacinadas a tempo.

Hoje, mais do que nunca, é dia de renovarmos a luta em defesa do Sistema Único de Saúde, o nosso SUS, vítima de ataques criminosos por parte desse governo que, em plena pandemia, quer retirar nada menos que R\$ 35 bilhões do seu orçamento para 2021.

Hoje é dia de lembrar que o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que possui um sistema de saúde pú-

**AINDA EM 2020,
BOLSONARO
DEIXOU DE
CONTRATAR ATÉ
700 MILHÕES DE
DOSES DE VACINA.
ISSO AGORA
CUSTA MILHARES
DE VIDAS**

blico, gratuito e universal. E que o SUS é fruto da luta do povo, das mobilizações intensas do movimento sanitário brasileiro, e é construído diariamente por seus milhões de trabalhadores.

Sem o SUS, sem seus profissionais de saúde, sem os demais profissionais que dão suporte à vida, como as equipes da limpeza, segurança e transporte, sem o SAMU, sem as UPAS 24h, sem a Fiocruz, sem o Instituto Butantan, nossa tragédia humanitária teria

proporções ainda mais devastadoras.

Hoje, Dia Mundial da Saúde, é dia de luta contra o genocídio. Contra o negacionismo de um governo que trata a maior crise sanitária da nossa história como uma gripezinha, e que diz “E daí?” para os nossos mortos.

O mesmo governo que, ainda em 2020, no início da pandemia, deixou de contratar até 700 milhões de doses de vacina que lhe foram oferecidas. Uma irresponsabilidade criminosa que já custou e seguirá custando vidas e mais vidas.

O Brasil tinha um Programa Nacional de Imunizações reconhecido em todo o mundo. No meu governo, fomos capazes de vacinar 80 milhões de pessoas contra a gripe H1N1 em apenas três meses.

Bolsonaro, ao contrário, já em seu primeiro ano do governo, descumpriu a meta de vacinação das nossas crianças pela primeira vez neste século. E só agora, depois de milhares de brasileiros mortos e da intensa pressão de governadores, prefeitos e da sociedade em geral, aceitou vacinar nosso povo, ainda assim numa lentidão que custa 4 mil vidas a cada dia.

Sob esse atual governo, o Brasil abandonou seu histórico posicionamento, junto a outros países emergentes, de lutar contra o monopólio dos produtos essenciais à garantia da vida.

Numa decisão indefensável e irresponsável, o governo Bolsonaro se posicionou contra a quebra das patentes das vacinas, que contribuiria de forma significativa para o enfrentamento à Covid-19.

Em vez de defender os imunizantes como um bem público para a humanidade, esse governo defende a comercialização privada das vacinas e sua concentração em poucas empresas e países.



DIÁLOGO Lula apelou a Emmanuel Macron, da França, e a Ângela Merkel, da Alemanha, para que convoquem uma reunião do G20 a fim de assegurar vacinação em massa para todos os povos. "Precisamos trabalhar juntos"

Se mantivéssemos nosso posicionamento histórico, mais empresas públicas e privadas poderiam contribuir com a cadeia de produção de vacinas. E como consequência, mais pessoas estariam imunizadas, milhares de vidas seriam salvas e a recuperação econômica estaria mais próxima.

Saúde não é um bem de luxo. A vida não é um produto supérfluo, disponível apenas para quem pode pagar por ela.

Por isso, hoje é o dia de reafirmarmos nosso compromisso em defesa da vida. Num país de 14,3 milhões de desempregados e 19 milhões de famintos, defender a vida é também garantir apoio financeiro e segurança aos pequenos e médios empre-

sários, e pagar o auxílio emergencial de R\$ 600, que permita às pessoas ficarem em casa, em vez de se aglomerarem no transporte público superlotado, feito gado a caminho do matadouro.

Hoje é dia de dizer em alto e bom som que todo ser humano tem o direito de viver, de ter

o que comer, de ter um emprego digno, de viver num mundo mais justo.

Por isso, este Dia Mundial da Saúde é também um dia de luta contra a ganância. É inaceitável que 76% das vacinas aplicadas até agora no mundo estejam concentradas em apenas 10 países, enquanto milhões de seres humanos morrem pelo planeta afora.

**É INACEITÁVEL QUE
76% DAS VACINAS
APLICADAS ATÉ
AGORA ESTEJAM
CONCENTRADAS EM
APENAS 10 PAÍSES,
ENQUANTO MILHÕES
MORREM PELO
PLANETA AFORA**

Solidariedade

Desde o início da pandemia, a falta de solidariedade internacional e a ausência de medidas fortes e coordenadas dos governos acentuaram a desigualdade.

Tenho sugerido aos líderes mundiais a convocação de uma reunião de emergência do G-20, com o objetivo de encontrar mecanismos para que as vacinas estejam ao alcance de toda a humanidade.

Nas duas batalhas urgentes do nosso tempo, contra a fome e contra a Covid19, o mundo precisa de união e de urgência.

Os governantes do mundo precisam trabalhar juntos para estender a todos as vacinas que os cientistas desenvolveram. As Nações Unidas, o G-20, as instituições multilaterais precisam trabalhar juntas contra o coronavírus. Não há saída individual possível para cada país.

Não podemos cogitar viver em um mundo onde parte do planeta esteja vacinada e parte abandonada e isolada para ser um campo livre para mutações do vírus. O epicentro da pandemia não pode ser ontem a Europa, hoje o Brasil, amanhã a África, com novas variantes reiniciando o ciclo de morte e tristeza pelo mundo.

Igrejas, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais precisam olhar além das suas fronteiras para o fato que compartilhamos um planeta comum, somos a mesma espécie e hoje enfrentamos a mesma ameaça.

Se fisicamente nunca precisamos estar tão isolados, nesse Dia Mundial da Saúde quero lembrar que nunca precisamos estar, na política e na solidariedade, tão juntos quanto hoje, para superarmos o desafio da covid19, e para toda a humanidade ter direito à saúde e a uma vida plena. •



Arte: Fozie

EM DEFESA DO SUS PÚBLICO E UNIVERSAL, FORA BOLSONARO

Manifesto dos partidos de esquerda defende a proteção de trabalhadoras e trabalhadores da saúde, cobra a decretação do lockdown nacional e quebra de patente de vacinas. PT, PCdoB, PCB, PSol, PSTU e UP alertam: “Sem previsão de vacinar uma parcela representativa da população nos próximos meses, a pandemia não tem perspectiva de controle”

Os partidos de esquerda lançaram um manifesto em defesa do Sistema Único de Saúde, denunciando o governo de Jair Bolsonaro pela catastrófica condução da pandemia da Covid no país. O documento assinado pelo PT, PCB, PCdoB, PSOL, PSTU, e Unidade Popular (UP) ocorreu às vésperas do Dia Mundial da Saúde, comemorado em 7 de Abril. As legendas de esquerda defendem o afastamento de Bolsonaro e medidas urgentes para conter o avanço da pandemia, com a adoção imediata de um lockdown nacional, a aprovação do projeto de lei da quebra das patentes e a proteção aos trabalhadores da área de saúde.

“A condução da pandemia pelo governo federal e a cumplicidade das classes dominantes nos trouxeram à barbárie”, condenam as seis siglas da esquerda brasileira. “Chegamos à trágica marca de 4.000 mortes diárias, em franca ascensão. Praticamente todos os estados estão com UTIs lotadas e o desabastecimento de insumos hospitalares básicos tende a agravar ainda mais o cenário”, alerta o manifesto “Em defesa do SUS público e universal e da proteção de trabalhadoras e trabalhadores da saúde”.

De acordo com o documento, que também é subscrito pelas centrais sindicais, os profissionais de saúde estão exaustos emocional e fisicamente, muitos submetidos a contratos de trabalho precários e ainda enfrentam em diversos casos escassez e a baixa qualidade de equipamentos de proteção individual (EPIs). O documento condena a conduta do presidente, que afronta as medidas de distanciamento social adotadas por prefeitos e governadores e não atua para

obter vacinas no mercado internacional.

O PT e os cinco partidos denunciam que, sem previsão de vacinação em massa, a pandemia não tem perspectiva de controle. “O ministro da Saúde se nega a discutir a necessidade urgente de um lockdown nacional e se exime de seu papel de coordenar e orientar as medidas junto de governadores e prefeitos”, diz o documento. “Prevalece a posi-

QUANTOS PRECISARÃO MORRER PARA QUE BOLSONARO E APOIADORES SEJAM IMPEDIDOS? É NECESSÁRIA A DESTITUIÇÃO DESTE GOVERNO

ção negacionista de Bolsonaro, que insiste na falsa oposição entre saúde e economia”.

Além disso, as legendas históricas da esquerda denunciam outras arbitrariedades cometidas pelo governo, com o apoio das elites empresariais e políticas do país. Eles condenaram a aprovação recente pelos aliados do governo da PEC 186, que reduziu os investimentos nos serviços públicos e congelou por até 15 anos os salários de diversos ser-

vidores, em especial nas áreas da saúde e educação.

“Quantos precisarão morrer para que Bolsonaro e seus apoiadores sejam impedidos? É necessária a destituição desse governo, seja através de iniciativas institucionais – como o processo de impeachment que já somam dezenas de pedidos e seguem paralisados por gestores do caos coniventes com o governo no Poder Legislativo – seja também a partir de organização popular para que possamos expressar a indignação com as precárias condições de vida e trabalho impostas ao povo trabalhador”, diz o manifesto.

Os partidos também condenaram outras iniciativas da agenda neoliberal imposta por Paulo Guedes, como o processo de privatização dos Correios, da Eletrobrás, da Petrobrás e a flexibilização das leis ambientais e a destruição de direitos indígenas e quilombolas para favorecer a mineração e a expansão do agronegócio.

Diante deste cenário e empenhados em buscar mudanças significativas para a sobrevivência de trabalhadoras e trabalhadores frente e essa pandemia, os núcleos, setoriais e fração de saúde de partidos de esquerda defendem cinco medidas: 1) Pela Saúde e Pela Vida: Fora, Bolsonaro; 2) Lockdown com proteção social: auxílio emergencial justo e segurança alimentar; 3) Vacinas para todas e todos já – e pelo SUS; 4) Fortalecimento do SUS – público, estatal e universal; e 5) Proteção aos profissionais de saúde.

As seis legendas da esquerda também defendem a organização popular para a pressão pela destituição do governo. “Defendemos que a Câmara dos Deputados assuma suas responsabilidades com a abertura imediata do processo de impeachment e a

realização de uma CPI da Pandemia”, destaca o documento.

“Defendemos a transferência de renda, iniciativas de apoio à manutenção do emprego, redução e congelamento do preço da cesta básica e a proibição de despejos e reintegrações de posse durante a crise sanitária”, destaca em outro ponto.

Os partidos alertam para a necessidade urgente da compra de vacinas em quantidade necessária e suficiente para a vacinação em massa da população o mais rápido possível. “Apoiamos todas as ações que pressionem o governo nesse sentido; com vacinação 100% pelo SUS, e contra toda e qualquer iniciativa de mercantilização e privatização da vacina - empresas e clínicas privadas), além da quebra de patentes”, aponta.

PT, PCdoB, PCB, PSOL, PSOL e UP ainda defendem a revogação imediata da Emenda Constitucional 95 - a chamada PEC do Teto dos Gastos - como forma de fortalecer o SUS. Também pressionam para a adoção pelo Congresso de contrarreformas trabalhista e da previdência, com mais investimento público no SUS com taxação de grandes fortunas e contra o Pro-Leitos, em defesa da fila única de Leitos de UTI.

“Não há possibilidade de atenuar a devastação da pandemia enquanto Bolsonaro continuar no poder. O presidente junto com os seus generais e apoiadores do mercado - da conciliação de classes, do desmonte da seguridade social e dos direitos trabalhistas - já deram todos os sinais de suas intenções autoritárias e de que continuarão insistindo no negacionismo que promove milhares e milhares de mortes. Até quando vamos aguentar?”, questionam as legendas no manifesto. •

PT QUER A QUEBRA DE PATENTES DE VACINAS

Proposta de Paulo Paim ia à votação no Senado, mas governo manobrou e proposta foi retirada da pauta. Medida é vista como essencial para reverter crise sanitária e pode vir a ser votada nesta quarta-feira, 14

O Se n a - do deve votar na quarta-feira, 14, o projeto que prevê a quebra de patente de vacinas, testes de diagnóstico e medicamentos de eficácia comprovada contra a Covid-19. A proposta do afastamento



SALVAR VIDAS Paulo Paim apresentou projeto para assegurar produção de vacinas

de propriedade intelectual de empresas farmacêuticas durante a pandemia está prevista no Projeto de Lei 12/2021, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). “É preciso salvar vidas e gerar empregos. Daí a importância de quebrar as patentes já”, justificou o parlamentar.

A proposta ia ser votada na quinta-feira, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) atendeu a um pedido do Palácio do Planalto para retirar o projeto da pauta. A bancada do PT, outros senadores da oposição e até mesmo de outros partidos insistem na votação do projeto. “Mais de 100 países sequer receberam a primeira dose da vacina contra a Covid-19”, justifica o senador Paulo Paim.

O PT insiste na medida diante do quadro dramático, que pode-

ria ajudar outras nações. “São mais de 2,5 bilhões de pessoas sem vacinas. O Brasil é o epicentro mundial de óbitos: 341 mil. A suspensão temporária de patentes é uma proposta viável. Bilhões de doses seriam produzidas de forma rápida”, aponta. A ini-

ciativa do senador petista pode acelerar a vacinação e assegurar que o país venha a reverter o quadro dramático de descontrole da pandemia.

O texto do projeto apresentado pelo parlamentar gaúcho determina que, enquanto vigorar o estado de emergência de saúde, fica liberada a produção de imunizantes, insu- mos e remédios com eficácia comprovada contra a Covid-19, sem observância dos direitos de propriedade industrial. A proposta de Paim suspende as obrigações do Brasil de implementar ou aplicar dispositivos do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, adotado pelo Conselho-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). •

PELA INSTALAÇÃO DE UM 'TRIBUNAL DE MANAUS'

A superação do fascismo no Brasil não se dará apenas com uma vitória eleitoral. É preciso investigar os crimes bolsonaristas e ir além da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014). Cabe criar um tribunal *ad hoc* para julgar e punir Bolsonaro, Mourão, Pazuello e outros

Por Lincoln Secco *

O curso “Fascismo ontem e hoje: entender para derrotar”, oferecido pela Diretoria de Formação da Fundação Perseu Abramo, elenca diversas experiências históricas das quais podemos destacar três elementos constitutivos do fenômeno fascista.

Em primeiro lugar, não se pode pronunciar a palavra fascismo e esconder o termo capitalismo. Do ponto de vista conjuntural, os fasci di combattimento foram produzidos pela frustração de diversas camadas sociais, particularmente setores médios, com os resultados da Primeira Guerra Mundial. Mas estruturalmente, o fascismo corresponde à fase imperialista do capital. Em alguns países imperialistas tardios, derrotados ou semi periféricos houve uma ligação das empresas monopolistas com o Estado para reprimir a classe trabalhadora e expandir seus mercados exteriores por meios militares.

Rosa Luxemburgo demonstrou em seu livro de 1913 “A Acumulação de Capital” como o imperialismo necessita de expansão territorial, de um Estado militarista e de um regime cada vez mais autoritário. Rosa escreveu antes do surgimento do fascismo, mas na obra “A Crise da Social Democracia”, escrita na prisão em 1915, mostrou como o desenvolvimento retardatário rápido e cada vez mais autoritário da Alemanha e sua disputa por mercados e controle de rotas marítimas e ferroviárias tornaram o país propenso a uma política belicista e a uma disposição para a guerra.

A segunda característica principal do fascismo foi o irracionalismo. Ele exacerbou um elemento constitutivo do capitalismo, já que o processo de valorização do capital, como Marx escreveu, não visa a satisfação de necessidades e nem a produção de valores de

uso. A racionalidade microeconômica capitalista se expressa no agregado como irracionalidade social se não for “corrigida” periodicamente por uma política anticíclica do Estado.

Um exemplo cabal disso foi a explosão das bombas de Hiroshima e Nagasaki. Nem mesmo considerações puramente militares justificavam seu uso contra um país virtualmente derrotado. Ao ingressar na era atômica, EUA e URSS adquiriram o poder de exterminar a espécie humana. Isso é um produto da racionalidade cien-

O FASCISMO É A MONSTRUOSIDADE COMO EXPRESSÃO POLÍTICA. É UMA TÉCNICA RACIONAL E OPORTUNISTA DE MOBILIZAÇÃO DA IRRACIONALIDADE

tífica, mas não é preciso dizer que resulta numa monstruosidade.

Ora, o fascismo é essa monstruosidade como expressão política. Ele é uma técnica racional e oportunista de mobilização da irracionalidade de vastos segmentos sociais em momentos de crise. A distopia nazista serviu para a acumulação de capital na Alemanha e em áreas conquistadas por ela. A burguesia francesa associada à alemã continuou lucrando durante a ocupação,

por exemplo. As compras militares criaram demanda para uma ampla cadeia produtiva alemã. Países neutros, como a Suécia, exportavam minério de ferro. Mas no limite, a irracionalidade se impôs e a tentativa de realização do Reich de mil anos levou a Alemanha ao desastre.

Por fim, todas as modalidades de fascismo se utilizaram do discurso anticomunista. Como não se tratava de uma negação determinada do comunismo, qualquer oposição ao fascismo, fosse católica, liberal ou até mesmo uma dissidência interna poderiam ser taxadas de comunista.

Brasil

Há uma persistência da extrema direita no Brasil desde os anos 1920, quando os primeiros focos fascistas surgiram, particularmente nas comunidades italiana e alemã e entre policiais e oficiais militares. O integralismo mobilizou centenas de milhares de adeptos e seu líder Plínio Salgado uniu uma revolução estética a favor da tradição, a tomada do poder em defesa da família e da propriedade; e mobilizou o discurso anticomunista, atraindo muitos oficiais militares. Ele não advogou apenas táticas ilegais, mas principalmente as eleições. Por isso, depois do Estado Novo criou o Partido da Representação Popular e obteve quase 9% dos votos nas eleições presidenciais de 1955. Elegeu-se depois deputado federal pelo PRP e, após 1964, pela Arena. Foi um dos líderes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

O fim da ditadura deixou a extrema direita nas sombras. Os ideólogos militares se voltaram para novas teorias que a esquerda brasileira debatia no final dos anos 1970, entre elas a de Antonio Gramsci. A subversão passou a ser identificada na estratégia indireta gramsciana operada por parti-

dos, escolas e pela Igreja. Ao lado dessa preocupação com as ideias de Gramsci, vários organismos de difusão do ideário pró-mercado foram fundados como o Instituto Liberal, em 1983, e a Sociedade Tocqueville, em 1986. No século 21 outros surgiram e se apoiaram em recursos internacionais.

Marcos Corrêa/PR



Bolsofascismo

Um espaço residual da extrema direita não deixou de existir na chamada Nova República (1985-2016). Enéas Carneiro, um militar cardiologista da direita nacionalista teve 7% dos votos em 1994. Todavia, a esquerda jamais enfrentara um candidato que ameaçava exterminá-la. Muito menos confrontara um oponente que dispunha de um ativismo social como o bolsonarismo. Desde a redemocratização, jamais um movimento de massas autoconfiante se opusera à esquerda.

A ideologia de Bolsonaro era um conjunto de ideias bizarras apoiado em youtubers sem reconhecimento acadêmico, mas por isso mesmo hauria sua força numa postura antielitista. Não havia uma visão coerente do mundo e sequer um programa de governo, por isso o astrólogo Olavo de Carvalho foi uma peça importante na construção de uma técnica discursiva para o bolsonarismo que permitiu manipular racionalmente os sentimentos irracionais dos seus adeptos. Ele empoderou o “homem médio” e o alimentou com teorias conspiratórias, preconceitos morais e dogmas religiosos. Apesar de contraditórias, suas mensagens atendiam necessidades momentâneas dos seus seguidores.

Além da irracionalidade, Bolsonaro apoiou o corporativismo militar. Não só garantiu privilégios corporativos como preencheu milhares de cargos de confiança com oficiais das Forças Armadas. Em junho de 2020 havia 6.157 militares no governo federal, confor-

APARELHAMENTO Jair Bolsonaro apoiou o corporativismo militar.

Não só garantiu privilégios como preencheu milhares de cargos de confiança com a nomeação de mais de 6 mil oficiais ligados às Forças Armadas

me o *Valor Econômico* noticia em 17 de julho de 2020. E eles chefiavam 36% dos ministérios.

O governo sobreviveu a todas as falsas profecias de sua queda iminente. No ano de 2020, em meio à tragédia da pandemia, houve uma ascensão da popularidade do presidente, apesar dele duvidar da letalidade do vírus. Isso foi possível, entre outras coisas, porque ele questionou o limite constitucional dos gastos públicos e concedeu auxílio emergencial aos trabalhadores durante a quarentena. Ainda assim, isso não o levou a romper com a ortodoxia neoliberal e continuou combatendo os direitos dos trabalhadores, exibindo seu verdadeiro papel como ultima ratio do capital.

A adesão de Bolsonaro a este ou àquele programa econômico nunca foi questão de princípio, como observamos por sua biografia política; ela está subordinada a um propósito de desmontagem do que ele acredita serem os aparelhos de Estado infiltrados pelo “marxismo cultural”.

Por um Tribunal de Manaus

Como vimos, os elementos fascistas do bolsonarismo são evidentes: a manipulação da irracionalidade, a defesa do grande

capital, o anticomunismo (antipetismo, em nossa época). Poderíamos acrescentar muitos outros, como sua estratégia de estressar a legalidade e usá-la para implantar uma ditadura mediante a cumplicidade de políticos liberais e empresários. Mas poucos fascismos levaram a uma prática sistemática um dos seus conteúdos mais horrendos: o culto da morte, típico do franquismo na guerra civil espanhola.

Diante da depressão econômica e da pandemia, Bolsonaro finalmente revelou sua face mais teratológica. Ele já taxava quilombolas e indígenas de pessoas descartáveis. Com a destruição da Previdência pública para as futuras gerações, desenhou um programa de extermínio gradual de idosos. Como o nazismo, adotou em 2020 uma estratégia consciente de eliminação física de parte da população “desnecessária”, em primeiro lugar os idosos, negros e pobres, as maiores vítimas iniciais da Covid-19.

O descontrole da epidemia fez com que toda a população se tornasse um alvo do bolsonarismo. O Mapeamento das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19, feito pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da USP,

revelou a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus no Brasil, como destacou o jornal *El País* em 21 de janeiro de 2021. Isso já é suficiente para embasar o impedimento do presidente da República e a cassação dos seus direitos políticos para que não possa mais ser candidato. No entanto, é insuficiente para punir os crimes contra a humanidade perpetrados deliberadamente por uma política de Estado.

A superação do fascismo no Brasil não se dará apenas com uma vitória eleitoral. É preciso investigar os crimes bolsonaristas e ir além da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014). Cabe criar um tribunal *ad hoc* para julgar e punir Bolsonaro, Mourão, Pazuello (um suposto especialista em logística), a cúpula do Exército brasileiro e todos os militares e civis no poder que concorreram para a tragédia humanitária a que assistimos.

A equipe militar e neoliberal do governo, por negligência, crença ideológica e incompetência, recusou investimentos na pesquisa, produção e mesmo contratos de importação futura de vacinas quando o país ainda tinha uma janela de oportunidade para evitar muitas mortes.

Esse tribunal *ad hoc* poderia ser de natureza internacional como o de Nuremberg ou as cortes especiais do Timor Leste e de Ruanda. De toda maneira, cabe ao próprio Estado brasileiro produzir algum tipo de justiça de transição que os nossos juristas, profissionais da saúde, historiadores e muitos outros certamente saberão detalhar e levar adiante. Seja isso feito em Manaus, o laboratório da estratégia genocida bolsonarista, ou em qualquer outro lugar. •

* Historiador, membro do Gmarx USP e autor do livro "História do PT", é professor de História Contemporânea na USP

JOVEM PAN MERGULHA DE CABEÇA NA GUERRA CULTURAL BOLSONARISTA

A emissora de rádio da ultradireita paulista escancara seu papel como porta-voz neofascista e coloca na plataforma Panflix pseudo documentários da Brasil Paralelo

A rede de rádio Jovem Pan, um dos braços do neoconservadorismo brasileiro, está se transformando em instrumento da guerra cultural do bolsonarismo. A emissora de Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho, o Tutinha, levou a Jovem Pan para a televisão com a estreia do canal 24: News Jovem Pan, em maio do ano passado. O canal de notícias 24h quer agora ganhar espaço na TV por assinatura e negocia com YouTube, Fire TV, da Amazon, Pluto TV, da ViacomCBS, e vai para a Panflix (streaming do Grupo Jovem Pan).

Agora, a guerra cultural ganha novos contornos. A Panflix, plataforma de conteúdo on demand da Jovem Pan, vai exibir séries e documentários produzidos pela produtora Brasil Paralelo, a partir de 6 de abril. As produções têm caráter pseudojornalístico e emulam um conteúdo historiográfico, englobando temas como política, economia, educação, história e atu-

alidades. Será um show de distorção da realidade e ampliação da ofensiva dos conservadores na guerra cultural empreendida pela produtora Brasil Paralelo.

Para iniciar a parceria, os inscritos na Panflix poderão assistir ao documentário "A Queda Argentina", uma trilogia sobre a história do país vizinho que já foi considerado "a Europa da América Latina" e hoje se tornou sinônimo de pobreza. O documentário registrou mais de 1,2 milhão de visualizações nas duas primeiras semanas de exibição pelos canais da Brasil Paralelo.

Em seguida, outras produções serão disponibilizadas no catálogo da Panflix, como "Brasil: A Última Cruzada" (2017), "O Dia Depois da Eleição" (2018), "O Teatro das Tesouras" (2018), "Era Vargas: o crepúsculo de um ídolo (2018)", "Pátria Educadora: A Trilogia" (2020), "1964: O Brasil entre Armas e Livros" (2019), entre outras.

Lançada em maio de 2020, com investimento de R\$ 30 milhões, a plataforma que faz parte do movimento de convergência digital do Grupo Jovem Pan, chegou em um momento de grande demanda por informação e entretenimento em razão do isolamento social imposto pela Covid-19. O Panflix está disponível nas lojas da Apple Store e Google Play. •





Divulgação

REFERÊNCIA MUNDIAL Líderes políticos, intelectuais e juristas fundaram em julho de 2019 o Grupo de Puebla como fórum para discussão de um novo caminho para as nações

GRUPO DE PUEBLA LANÇA MANIFESTO PROGRESSISTA

Líderes políticos da América Latina e Europa, reunidos em torno da defesa dos princípios básicos da liberdade, da igualdade, da solidariedade, da soberania e da justiça social, lançam documento político. A ideia é estimular um processo de construção coletiva de um projeto político alternativo para a América Latina e o Caribe. Entre os signatários, os presidentes da Argentina, Alberto Fernández, e da Bolívia, Luiz Arce, além dos ex-mandatários Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Rafael Correa, Evo Morales, Fernando Lugo e Ernesto Samper

Como cidadãos e cidadãos democratas e progressistas, reunidos em torno da defesa dos princípios básicos da liberdade, da igualdade, da solidariedade, da soberania e da justiça social, declaramos nosso acordo neste **MANIFESTO PROGRESSISTA**. O apresentamos como ponto de partida de um processo de construção coletiva de um projeto político alternativo para a América Latina e o Caribe. Esperamos que possa servir como referência para a formulação de propostas nacionais progressistas em nossos países.

As e os integrantes do Grupo de Puebla, por meio de seu Conselho Executivo, seu Conselho Latino-americano para a Justiça e a Democracia, seu Grupo Parlamentar e seu Centro de Pensamento Marco Aurélio Garcia consideram que:

A humanidade enfrenta o maior de seus desafios: a vida no planeta corre perigo. Neste contexto, a trágica situação sanitária desencadeada pela COVID-19 significou para a América Latina perdas irreparáveis em termos de vidas, além de agravar e aprofundar a crise econômica e social que vinha se arrastando há anos, como consequência, entre outros, de golpes brutais ou híbridos contra os governos progressistas da região. Da mesma forma, alguns governos têm defendido posições negacionistas sobre a pandemia, deixando entrever sua incompetência e negligência, prejudicando não apenas seus respectivos países, mas o conjunto da região.

A pandemia expôs as profundas desigualdades decorrentes do modelo neoliberal e que se re-

fletiram na distribuição das vacinas. Essas injustiças se observam pelas marcantes assimetrias em sua produção e distribuição e das quais depende a vida de milhões de pessoas. A indústria farmacêutica concentra a possibilidade de dotação desta, impondo ao seu bel prazer as condições de venda aos países do Sul Global, afetando inclusive a iniciativa COVAX, lançada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para garantir seu acesso equitativo. Vemos com extrema preocupação a possibilidade de que países de baixa e média renda não tenham acesso aos medicamentos. A humanidade só será capaz de superar esta pandemia se apelar para a solidariedade e a igualdade.

O modelo neoliberal, apoiado no financiamento do capital, promove a desigualdade extrema e a precariedade do mercado de

O NEOLIBERALISMO PROMOVE A DESIGUALDADE E A PRECARIÉDADE DO MERCADO DE TRABALHO, ENFRAQUECE O ESTADO E A DEMOCRACIA

trabalho, enfraquece o Estado de bem-estar e a democracia, solapa os direitos sociais, ameaça o meio ambiente, conduz a crises econômicas recorrentes e tornou o crescimento sustentável e a justiça social incompatíveis. Seu esgotamento e a consequente crise econômica e social gerou um crescimento da extrema direita em várias latitudes, o que coloca em risco as democracias, mesmo em países com uma trajetória democrática significativa. Este modelo incompatível com a vida deve ser substituído por outro que reivindique a solidariedade, a justiça e formas substantivas de democracia. Precisamos com urgência de um novo rumo para os povos da América Latina, Caribe e Ibero-América.

Para este objetivo é indispensável recuperar a integração, a unidade e a “concertação” política, pois poucas vezes na história a América Latina e o Caribe estiveram tão divididos, ao passo em que se faz urgente a unidade para enfrentar desafios complexos no curto, médio e longo prazos.

Em meio à pandemia, são muitas as ameaças contra a democracia, o Estado de Direito e a separação dos poderes e, em particular, as guerras jurídicas ou lawfare que afetam direitos básicos de lideranças do progressismo. É necessário fazer uma defesa firme da democracia em meio a uma conjuntura na qual o autoritarismo é uma possibilidade irrefutável. Frente a esse agressivo nacionalismo conservador e neofascista, deve-se responder com mais Estado Social de Direito e reivindicando o Direito Social ao Estado. Considerando o anteriormente dito, propomos:



Divulgação

SAÚDE É DIREITO DE TODOS A pandemia demonstrou a necessidade urgente de considerar a saúde um direito e a necessidade de construir sistemas universais para o atendimento à população

Instituir um modelo solidário de desenvolvimento

Precisamos pôr em marcha um novo modelo solidário que garanta a consolidação da América Latina como zona de paz no mundo; assegure a continuidade e fortalecimento de suas democracias; permita avançar na tarefa de redução das desigualdades sociais por meio de mais inclusão; contribua para a internacionalização e o crescimento estável e integral de suas economias; e torne fato permanente a plena observância dos Direitos Humanos.

Somos confrontados com a necessidade incontornável de implementar este modelo solidário que pressupõe uma estratégia de transição ecológica; que reivindica o papel da inovação, da ciência e da tecnologia e as torne prioridades dos gastos públicos; que recorre às cadeias sociais de valor como mecanismo para ser competitivos ao mesmo tempo em que se fecham as brechas; que incorpora em seu ideário o exercício, com direitos e deveres, de uma cidadania em escala regional, especialmente

em momentos nos quais as garantias aos imigrantes parecem ser questionadas e o mundo transita para novas formas de segregação.

Recuperar o papel fundamental do Estado

Não se pode pensar em um futuro seguro, igualitário, livre e democrático se não se recupera um papel ativo e protagonista do Estado, desmontado e enfraquecido pelo dogma neoliberal. Não se trata de voltar a fórmulas anteriores, mas de desenvolver seu potencial de árbitro do mercado, na distribuição do bem-estar coletivo, e de recuperar a gestão pública e a garantia de acesso igualitário de bens e serviços de acesso universal que representam direitos tais como a saúde, a educação, o trabalho, a cultura, a segurança alimentar, a água potável, a habitação social, a energia, a comunicação e a informação e o conhecimento científico.

Estimular a responsabilidade social do mercado

A garantia da empresa privada e seu legítimo desenvolvimento inclui a obrigação do Estado de

assegurar a livre concorrência, defender o consumidor, proteger o trabalho decente e evitar práticas monopolistas e oligopólicas. Da mesma forma, favorecer processos compartilhados de inovação para garantir a qualidade dos bens sociais públicos e eliminar restrições à propriedade intelectual sobre bens sociais de modo especial pela conjuntura. Por conseguinte, alertamos para a possibilidade de que as patentes se tornem impedimento para o acesso à saúde como bem público.

A iniciativa privada deve ser solidária com o Estado no respeito ao cumprimento de suas metas em matéria de inclusão social, geração de emprego decente e mais participação democrática. O mercado não pode continuar sendo o paraíso de poucos e o inferno de muitos¹.

Assumir a saúde como um bem público global

A pandemia demonstrou a necessidade urgente de considerar a saúde um direito de todas e todos para construir sistemas universais de saúde pública. Além disso, a crise evidenciou a necessidade de os Estados terem a capacidade de produzir vacinas, fármacos e insumos hospitalares necessários. Portanto, se requer dos Estados que garantam o direito universal à saúde pública, com acesso real e efetivo à cidadania, inclusive aos imigrantes. As políticas de saúde e de pesquisa científica, a produção e o acesso a medicamentos não podem depender de critérios associados ao mercado, mas sim das prioridades e necessidades de nossos povos.

Nessa ordem de ideias, o acesso universal à vacina contra a Covid-19 deve ser uma exigência do progressismo que observa com preocupação a especulação na distribuição e submissão à lógica do mercado sob o regime do direito privado. O Grupo de Puebla

conclama empresas, organizações e governos que hoje controlam a produção e distribuição das vacinas a destinar imediatamente 10% de seus estoques para atender em todos os países do mundo o pessoal médico e da saúde que está na primeira linha de combate ao vírus e a população idosa, bem como portadores de patologias de risco.

Rever privatizações e promover mais controle público e menos mercado no fornecimento de bens e serviços públicos

Não apenas a saúde deve ser vista como um bem público. A distribuição e redistribuição exclusivamente pelo mercado impede o acesso a bens e serviços básicos para milhões de pessoas em condições de vulnerabilidade, tais como a educação, a moradia e a segurança, entre outros. Da mesma forma, a inovação, a eficiência, o bem-estar geral, a justiça social, a redistribuição da renda e da riqueza e a democracia representam ideais que só se concretizam com vontade política, mediante a ação coletiva e não por mecanismos que presumem o mercado como uma interação perfeita entre oferta e demanda.

Proteger a sociedade civil e o acesso equitativo às redes sociais

Os movimentos sociais, sua organização, os protestos sociais e sua livre expressão nas redes devem ser protegidos e garantidos pelo Estado. Tal proteção será especialmente importante nos tempos atuais, tanto durante quanto no pós-pandemia, quando o descontentamento social resultante do empobrecimento, da informalização do trabalho e do desemprego aumentarem. Portanto, o descontentamento e os protestos devem encontrar canais democráticos e pacíficos para se expressar. A democracia deve ser entendida como um processo para transformar as relações sociais de desigualdade de poder em vínculos de autoridade compartilhada².

Aprofundar e consolidar democracias

A crise econômica e social vem enfraquecendo as democracias e os sistemas de representação política em todo o mundo. Na América Latina e no Caribe, esse cenário poderia ser ainda mais crítico tendo em vista a fragilidade estrutural de nossos sistemas políticos. Defendemos reformas estruturais que fortaleçam nossas democra-

cias, tornando-as mais participativas e inclusivas. Será necessário, portanto, envolver os segmentos excluídos, marginalizados e explorados para torná-los atores dinâmicos do processo de tomada de decisões públicas. Precisamos de sistemas de governo que fortaleçam e ressignifiquem o papel dos partidos políticos, para que estes recuperem seu caráter representativo, ao mesmo tempo em que reforcem os mecanismos de participação direta e avancem para democracias participativas e radicais.

Resistir e combater a guerra híbrida

Nos últimos tempos, a região foi atacada pela chamada guerra híbrida, uma iniciativa liderada pelos Estados Unidos que consiste em alterar o curso de nossas democracias. A principal estratégia desta nova forma de guerra consiste em golpes de Estado que, ao contrário do passado, não ocorrem apelando para os militares, mas sim tolhendo as faculdades dos Congressos e violando os direitos dos opositores com ações como a violação de domicílios, a repressão generalizada e a intimidação nos meios de comunicação e nas redes sociais. Tal agressão visa acomodar

REVER AS PRIVATIZAÇÕES

Oito refinarias da Petrobrás foram colocadas à venda pelo governo Bolsonaro. Grupo de Puebla defende a revisão desse tipo de medida, de inspiração neoliberal e ultrapassada

Petrobrás





DESIGUALDADE É preciso trabalhar na promoção da igualdade social e na erradicação da pobreza, por meio da geração de trabalho decente, do reconhecimento do trabalho de assistência

a América Latina na agenda geopolítica dos Estados Unidos e pode incrementar e agudizar a pobreza, a miséria e a fome. Esta nova forma de golpe foi lançada contra Dilma Rousseff, Fernando Lugo, Manuel Zelaya e Evo Morales.

Rechaçar as guerras jurídicas (lawfare)

O Grupo de Puebla rechaça as guerras jurídicas (lawfare), que são parte da guerra híbrida e que buscam restringir os direitos de organizações, movimentos ou partidos progressistas. Esses processos que vêm sendo praticados, com o apoio dos Estados Unidos, contra líderes progressistas da região, tentam impedi-los de eleger e de serem eleitos mediante a supressão de seus direitos ao devido processo legal e à estigmatização da mídia por parte dos poderes fáticos, que deslocaram os espaços democráticos ocupados pelos partidos. As lideranças progressis-

tas têm pleno direito de exercer seu papel com garantias de vida, liberdade, mobilidade, expressão e origens geográficas. Lembremo-nos que o poder Judiciário pertence ao povo, portanto, deve ser resgatado como um serviço público, com juízes que defendem este poder popular de postulados sectários contra as cidadãs e os cidadãos, lideranças opositoras e em benefício dos governos de turno. Nesse sentido, destacamos o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Conselho Latino-Americano para a Justiça e a Democracia (CLAJUD), criado pelo Grupo, contra a judicialização da política e a politização da justiça.

Defender Cuba, Nicarágua e Venezuela da agressão e ingerência de potências e Estados

Vários dos países da região têm sido objeto de ações que visam a desestabilização por

meio da imposição de bloqueios, sanções econômicas e políticas unilaterais contrárias ao direito internacional. Essas posições anacrônicas e superadas são ainda mais graves no contexto da crise sanitária, pois afetam o acesso a insumos, medicamentos e meios para a contenção da pandemia. O Grupo de Puebla considera tais posturas agressões contra os segmentos mais vulneráveis de nossos povos, bem como uma ameaça ao processo de integração. O progressismo promove saídas alinhadas com a solução pacífica de conflitos, a não intervenção e o apoio a soluções democráticas, pacíficas e negociadas.

Promover luta efetiva contra a corrupção política

O Grupo de Puebla entende que a luta contra a corrupção pública - e sua contrapartida privada - começa pelo resgate do conceito de serviço público

e pela erradicação do Estado das práticas de mercado que converteram as decisões governamentais em leilões privados de mercadorias e serviços públicos. No caso concreto da corrupção política, propõe, como passo inicial, o financiamento estatal e integral de todas as campanhas políticas. Finalmente, neste combate à corrupção, é necessário chamar a atenção para os prejuízos gerados pelos “paraísos fiscais”, que dificultam o rastreamento dos recursos retirados das fianças públicas e impulsionam as estratégias de acumulação de capital por parte das empresas transnacionais.

Gerar cadeias sociais de valor. A criação de valor, por meio da reindustrialização, deve começar pelo desenvolvimento de cadeias sociais de valor de pequenas e médias empresas que atuem associando elos produtivos inclusivos e ambientalmente sustentáveis. Este projeto deve ser acompanhado por mais investimento em inovação, no desenvolvimento de infraestruturas regionais e na criação de mais facilidades logísticas em um ambiente internacional em que “vender” se tornou mais importante do que “produzir”.

Promover a igualdade, eliminar a pobreza

É preciso criar empregos decentes, aumentar salários e implementar políticas robustas de inclusão social e eliminação da divisão sexual do trabalho. Devemos trabalhar na promoção ativa da igualdade social e na erradicação da pobreza, por meio da geração de trabalho decente, do reconhecimento do trabalho de assistência, do aumento dos salários base e da implementação de políticas integrais de inclusão social centradas no novo ciclo de crescimento e um modelo solidário de desenvolvimento.

A RENDA BÁSICA SOLIDÁRIA COBRIRIA OS 83 MILHÕES DE LATINOS QUE PERMANECEM NA EXTREMA POBREZA APÓS A PANDEMIA

Estabelecer a Renda Básica de Solidariedade

O Grupo de Puebla propõe, como ponto de partida para enfrentar a crise social agravada pela pandemia, que levou milhões à pobreza, uma Renda Básica Solidária (RBS) de caráter temporal, pelo período em que perdurarem os efeitos econômicos e sociais da pandemia. Ela deve complementar os programas existentes de transferência de renda. A RBS cobriria os 83 milhões de latino-americanos que permaneceram na extrema pobreza após a pandemia: 16 milhões a mais depois da pandemia e os 214 milhões já na pobreza, segundo dados da Cepal.

Promover a justiça fiscal

Para recuperar o papel do Estado será necessário promover reformas tributárias progressivas, com impostos diretos e progressivos sobre a renda e a riqueza, a eliminação das isenções e a penalização da sonegação fiscal, aliviando a carga tributária sobre os mais pobres, as classes médias

e as PMEs (pequenas e médias empresas). Em contrapartida, devem ser gerados mais impostos progressivos sobre as grandes empresas e atores do sistema financeiro que geram mais lucros.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), como consequência da evasão fiscal, a região perde todos os anos o equivalente a 6,3% do PIB regional, de modo que a implementação de um programa desse tipo revela-se factível, sempre e quando se adaptem às distintas realidades econômicas e sociais de cada país.

É importante convocar metas fiscais para concretizar uma política econômica solidária. Fazemos eco ao apelo da Comissão Independente sobre a Reforma da Tributação nas Empresas, para que aquelas que geram mais lucros paguem um imposto de 25% para financiar a pós-pandemia.

Refinanciar dívida externa e apoiar mecanismo financeiro internacional para superar a crise

Os países latino-americanos poderiam apoiar, quando considerado necessário e de forma voluntária, o refinanciamento da dívida externa frente aos organismos internacionais de crédito e os credores privados. Estima-se que um refinanciamento de dois anos da dívida externa regional, na hipótese de que todos os países o solicitassem, mobilizaria recursos superiores a US\$ 250 bilhões, o que ajudaria a financiar a reconstrução da estrutura produtiva cujo custo foi estimado entre 10% e 12% do PIB, nos próximos anos.

Paralelamente, poderíamos apoiar um esforço financeiro internacional para a superação da crise, com a participação de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Internacional de Reconstrução e Desen-

volvimento (Bird), ou bancos regionais de desenvolvimento, para acessar um programa de recursos e créditos de modo a impulsionar os investimentos e retomar o crescimento econômico regional. Esta aposta dependeria de uma negociação mundial e poderia ser amparada por uma arquitetura financeira internacional a serviço da economia real e da geração de empregos, financiada com impostos sobre a mobilidade global de capitais, como a Taxa Tobin e impostos sobre grandes empresas de plataformas digitais.

Recorrer a emissões diretas dos bancos centrais para os governos

Os países europeus estão demonstrando que em casos de calamidades como a que estamos atravessando, o financiamento de programas com recursos de transmissão é legítimo. O espaço deixado pelas taxas negativas de inflação e a necessidade de expandir a demanda para reativar a economia e reconstruir o tecido social justificaria plenamente este mecanismo em algumas economias latino-americanas e caribenhos. Uma ideia que deveria ser contemplada consiste na eliminação da regra fiscal e que sejam diretamente os governos, e não a banca privada, a administrarem os recursos para a recuperação.

Estabelecer uma nova política econômica solidária

A política social não pode estar subordinada às prioridades de curto prazo da economia. A região exige uma política econômica anticíclica, generosa em tempos de escassez, submetida a prioridades sociais em matéria de emprego e igualdade, sustentada fiscalmente por impostos progressivos e com controle soberano das entradas e saídas de capitais internacionais. Os gover-

nos progressistas, na virada do século, demonstraram que a estabilidade macroeconômica pode ser alcançada sem sacrificar metas de crescimento e de inclusão social.

Gerar emprego e desenvolvimento ao mesmo tempo em que se garanta a estabilidade macroeconômica e o rechaço à austeridade

As políticas ortodoxas de austeridade causam enormes danos às nossas economias e sociedades, especialmente em um ambiente de contração econômica, estagnação do comércio mundial e esgotamento do investimento privado. Consideramos que é obrigação do Estado garantir uma política macroeconômica que combine o controle da inflação, a geração de empregos decentes e a promoção do desenvolvimento sustentável. Em muitos casos, isso implicará a modificação das metas da política monetária por parte de bancos centrais com uma autonomia que dependa da proteção do interesse geral e co-

**A POLÍTICA SOCIAL
NÃO PODE ESTAR
SUBORDINADA
ÀS PRIORIDADES
DE CURTO PRAZO
DA ECONOMIA.
A POLÍTICA
ECONÔMICA TEM DE
SER ANTICÍCLICA**

letivo.

Instituir nova arquitetura financeira regional

O Modelo Solidário de Desenvolvimento (MSD) poderia apoiar-se em uma nova arquitetura financeira regional capaz de garantir sua independência. Esta estrutura seria composta por uma rede de bancos regionais que atenderia os financiamentos setoriais e o ressurgimento da ideia do Banco do Sul. Uma expansão do atual Fundo de Reserva da América Latina (FLAR) é necessária para financiar a balança de pagamentos. A região deve se libertar das condicionalidades do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Para operações financeiras de infraestrutura e projetos de desenvolvimento tecnológico, seriam buscadas alianças temporárias com bancos internacionais, especialmente de países do Sul Global, como os organismos atendem os Brics e agências financeiras asiáticas, que já demonstraram interesse em apoiar investimentos na América Latina e no Caribe. O cenário da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) poderia ser aproveitado para promover acordos de pagamento em moedas nacionais ou fortalecer os mecanismos existentes.

Implementar uma nova industrialização e a transição verde

Em termos de geração de empregos, deve-se buscar um novo modelo de desenvolvimento baseado na substituição da atividade extrativista por uma nova industrialização sob os parâmetros da sustentabilidade ambiental e em chave da transição ecológica. De igual modo, devemos trabalhar em uma reforma rural integral que garanta o acesso à terra para as camponesas e camponeses, apoiando a agricultura familiar e camponesa, promovendo uma agricultura de baixo carbono voltada à produção de alimentos saudáveis e compatíveis



democrática

A proliferação de informações não resultou em um acesso massivo e equilibrado. Há alguns anos, pensava-se que as plataformas e as redes sociais serviriam por si só a causas populares e à ampliação da participação democrática. A realidade mostra-nos um quadro quase monopolista de grandes conglomerados cuja chegada fortalece seus modelos de negócios baseados na obtenção e venda de dados pessoais e perfis e na facilitação de discursos antedemocráticos. Isso não apenas ampliou as brechas a partir de uma perspectiva intersetorial, como também permitiu interferências ilegais nos processos eleitorais. Hoje, amplos setores da sociedade estão privados de acesso à informação e às novas tecnologias. Devemos trabalhar para democratizar as comunicações de modo tal que o acesso à informação e às novas tecnologias da informação e da comunicação seja garantido como direito, e que os dados de todos sejam protegidos.

Fortalecer a convergência para a integração

O Grupo de Puebla propõe um processo de convergência de seus atuais mecanismos de integração sub-regional (4) até chegar a um cenário de articulação e diálogo na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), onde estão presentes hoje 34 países da região. A partir da matriz de convergência, desenhada pela União de Nações Sul-Americanas (Unasul), se identificam as potencialidades, duplicidades e especialidades de cada organismo para definir o campo de atuação de uma Celac revigorada, empoderada por meio de uma Secretaria-Geral, com respaldo técnico, representando a região frente a um sistema multilateral de governo. A convergência não pressupõe a

ECONOMIA SUSTENTÁVEL Deve-se buscar novo modelo de desenvolvimento baseado na substituição da atividade extrativista por nova industrialização sob os parâmetros da sustentabilidade ambiental

com o meio ambiente, com critérios de aumento da produtividade baseada nas novas tecnologias da informação e das comunicações. Isso implica um apoio mais amplo às demandas do ambientalismo em sua luta contra os transgênicos, na defesa da biodiversidade e na proteção de reservas ecológicas seriamente ameaçadas.

Incluir o bem viver ou o viver bem como paradigma

Voltando aos ensinamentos dos povos originários, o conceito de *sumak kawsay* (bem viver) ou *suma qamaña* (viver bem) deve ser adotado como um marco de referência para a melhoria da qualidade de vida no âmbito de uma fraternidade histórica, cultural e espiritual. Essa noção dos povos originários andinos coincide com a proposta do Papa Francisco de estimular a fraternidade global, deixando de lado a "cultura dos muros" que acaba escravizando quem os constrói fechando-se em seus próprios cárceres, se deixar lugar para o reconhecimento do "outro", base da convivência global³.

Promover a

construção da cidadania

O conceito de cidadania tem a ver com o lugar onde se nasce e se vive e o direito a ter direitos, bem como a possibilidade de exercê-los em qualquer parte do mundo. A livre mobilidade das pessoas em um espaço geográfico é a essência da integração no século 21. Como entender a exigência permanente para facilitar a mobilidade de mercadorias, serviços, capitais e dados diante dos obstáculos colocados para impedir a mobilidade das pessoas? Mobilidade para nascer, trabalhar, estudar, conhecer, eleger, ser eleita ou eleito, aposentar-se ou morrer dignamente. A construção da cidadania latino-americana, por meio da eliminação de todas as barreiras que dificultam o exercício de seus direitos na região, constitui o desafio mais importante do século 21. A meta é que, ao final do processo, não existam imigrantes, mas cidadãos da região e do mundo.

Garantir o acesso à informação, a liberdade de expressão e promover uma ordem de informação mais



Alan Santos/PR

FORTALECIMENTO É urgente a reforma da ONU. São sintomas de seu enfraquecimento: a falta de financiamento de seu subsistema social e a excessiva focalização de operações militares de manutenção da paz

eliminação de fóruns, convenções ou organismos de coordenação regional, mas sim uma articulação dinâmica daqueles que compõem o universo da integração na América Latina e no Caribe.

Promover a integração latino-americana soberana

Os espaços de integração regional devem ter como objetivos principais a preservação da região como zona de paz, a construção da cidadania, a promoção do desenvolvimento comum, a vigência dos Direitos Humanos, a consolidação da soberania e o fortalecimento do mercado regional. Da mesma forma, é indispensável dar novo impulso à integração latino-americana para que, em conjunto, os países da região recuperem a autonomia frente ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e às instituições do capital financeiro internacional, como as agências de classificação de risco, as quais, sob ameaça de revisão da avaliação

por país, provocam crises cambiais e comprometem a atuação soberana da política econômica. É necessário, igualmente, priorizar os Direitos Humanos diante das obrigações derivadas dos tratados de comércio e investimento e vinculá-los ao respeito às normas sociais e ambientais, evitando que os processos de arbitragem internacional violem os direitos das pessoas, dos povos e da natureza.

Apoiar a reforma do sistema das Nações Unidas para fortalecer o multilateralismo e a multipolaridade

O Grupo de Puebla apoia a reforma há muito esperada do sistema vigente das Nações Unidas para fortalecê-la. São sintomas de seu enfraquecimento: a falta de financiamento de seu subsistema social (Unesco, OIT, FAO, entre outros); a excessiva focalização de suas operações militares de manutenção da paz; as condicio-

nalidades sociais impostas pelos organismos que conformam seu subsistema econômico (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio); e a ausência de sistemas democráticos de tomada de decisão em seus órgãos políticos (Assembleia Geral e Conselho de Segurança). Ao apoiar a necessária reforma do sistema das Nações Unidas, o Grupo de Puebla também reitera seu apoio ao multilateralismo como fórmula de convivência global, seu rechaço às hegemonias e a necessidade de se criar uma ordem internacional mais simétrica, justa e multipolar.

Promover a revolução do conhecimento

A nova industrialização e um novo modelo de desenvolvimento sustentável exigirão que o conhecimento se torne fonte das mudanças econômicas, sociais e políticas aqui propostas. A região deve investir maciça-

mente em educação pública de qualidade em todos os níveis, de tal forma que possa contar com uma cidadania informada como fundamento para um modelo de desenvolvimento que se baseie na solidariedade e na inovação. O Grupo de Puebla se propõe a levar o investimento em ciência e tecnologia a 2% do PIB em 2030, uma meta flexível e adaptada às distintas condições dos países de nossa região. Da mesma forma, sugerimos a composição de uma Missão Científica que identifique e priorize os campos para os quais este esforço deve ser direcionado, enfatizando a pesquisa biológica, o desenvolvimento de cadeias sociais de valor, a qualidade dos serviços sociais, o cuidado das doenças tropicais, o desenvolvimento de vacinas e medicamentos, a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento de energias alternativas e a proteção de florestas e águas. O Grupo de Puebla também propõe que os países façam investimentos significativos na inclusão digital, como instrumento para dinamizar o fomento à educação e à difusão da informação.

Apresentar uma agenda cultural para as identidades

A integração nasce da identidade. O Grupo de Puebla rejeita o paradigma de uma cultura única e global e defende o multiculturalismo como caminho para uma convivência regional com a alteridade que implica o reconhecimento do outro. Para o respeito dessa identidade diversa e inclusiva é necessário construir uma agenda cultural regional que revalide raízes, narrativas e valores comuns, apoie gestores e trabalhadores culturais e promova as indústrias culturais que, além de explicitarem tais conteúdos identitários, os tornem social e economicamente produtivos.

Promover a igualdade

É FUNDAMENTAL COMBATER O RACISMO ESTRUTURAL E TODAS AS OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO SEXUAL E DE GÊNERO

de gênero como motor de transformação progressista

A crise sanitária tornou visíveis, aos governos e à cidadania, as graves situações de desigualdade e discriminação vividas pelas mulheres, especialmente as de comunidades étnicas, camponesas, trabalhadoras informais e idosas, entre outras. A pandemia, as medidas sanitárias como o confinamento domiciliar, atingem as mulheres, crianças e adolescentes em dois aspectos: a violência, que foi agravada pela necessidade de conviver com os agressores e pela impossibilidade, em muitos casos, de pedir ajuda e dirigir-se às instâncias da administração e da justiça. E, em segundo lugar, pelo impacto sobre sua autonomia econômica, uma vez que muitas mulheres integram o setor informal da economia fortemente afetado pela crise de saúde. Soma-se a isso a discriminação no trabalho; a limitação dos direitos sexuais e reprodutivos; a falta de reconhecimento pelo trabalho doméstico e de cuidado não remunerado que desempenham, e a falta

de acesso e participação paritária na esfera pública. A omissão e lentidão de reação das autoridades para restituir seus direitos e dignidade agravam a situação.

A eliminação de todas as formas de invisibilidade, violência, opressão e discriminação contra mulheres, meninas e adolescentes deve ser um compromisso inadiável. E é justamente por isso, que a perspectiva de gênero e de Direitos Humanos, a interseccionalidade e a promoção e proteção dos os Direitos Humanos das mulheres devem ser uma marca do progressismo.

Combater o racismo estrutural e todas as formas de discriminação

Além de lutar contra o patriarcado, será fundamental combater o racismo estrutural e todas as outras formas de discriminação, como a lesbofobia, homofobia, transfobia e todas as relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, que criam enormes desigualdades e colocam mulheres e homens em condições extremas de vulnerabilidade, violência e exclusão. Nosso objetivo deve ser a construção de sociedades pós-raciais, pós-patriarcais, profundamente igualitárias e não discriminatórias.

Alcançar e preservar a Paz

Como expressão de forças progressistas, o Grupo de Puebla incentiva toda iniciativa que leve ao estabelecimento ou fortalecimento da paz nas nações latino-americanas, no continente e no mundo. Rechaça o uso da violência em qualquer de suas formas, o incitamento ao ódio, a intervenção estrangeira ou a promoção da guerra para impor o domínio de grupos de poder nacionais ou transnacionais. Incentiva igualmente a reorientação dos recursos hoje utilizados pelos Estados para a produção, compra ou comercialização de armas, destinando-os

ao sistema de saúde e educação. Da mesma forma, insta todos os governos da região a contribuírem para a proibição internacional do uso de armas nucleares no planeta, evitando sua proliferação, bem como para estimular o desmantelamento de arsenais nucleares.

Apoiar a mobilização social

O Grupo de Puebla respalda as mobilizações sociais como expressão genuína de inconformidade e mudança que devem ser garantidas como direito. Por sua vez, o Grupo expressa sua preocupação com a militarização das respostas aos protestos sociais. A mobilização social é um direito e uma garantia inscrita nos sistemas democráticos, ao quem, o uso desproporcional da força para combatê-la constitui uma grave ameaça à democracia.

Por último

Nosso dever, como progressistas, consiste em ler, entender e compreender a vigorosa, ainda que dolorosa mensagem de parar, refletir e seguir em frente que nos deixa a pandemia. Somos instados a trabalhar em um projeto político que comova e convença os sobreviventes do velho modelo de que ainda existem na América Latina e no Caribe utopias alternativas possíveis. A utopia possível que hoje nos reúne é a construção do novo ser progressista latino-americano: mais solidário no social, mais produtivo no econômico, mais participativo no político, mais pacífico com a natureza, e, acima de tudo, mais orgulhoso do seu estatuto de cidadã e cidadão da América Latina e do Caribe.

Assinam as fundadoras e os fundadores do Grupo do Puebla

Alberto Fernández, presidente da Argentina
Luis Arce, presidente da Bolívia
Dilma Rousseff, ex-presidenta do Brasil
Ernesto Samper, ex-presidente da Colômbia
Evo Morales, ex-presidente da Bolívia
Fernando Lugo, ex-presidente do Paraguai
José "Pepe" Mujica, ex-presidente do Uruguai
José Luis Rodríguez Zapatero, ex-presidente do Governo da Espanha
Leonel Fernández, ex-presidente da República Dominicana
Lula da Silva, ex-presidente do Brasil
Martín Torrijos, ex-presidente do Panamá
Rafael Correa, ex-presidente do Equador
Andrés Arauz, candidato à Presidência do Equador
Cuauhtémoc Cárdenas, ex-candidato à Presidência do México
Daniel Martínez, ex-candidato à Presidência do Uruguai
Fernando Haddad, ex-candidato à Presidência do Brasil
Hugo Martínez, ex-candidato à Presidência de El Salvador
Marco Enríquez-Ominami, ex-candidato à Presidência do Chile
Rafael Michelini, ex-candidato à Presidência do Uruguai
Verónica Mendoza, candidata à Presidência do Peru
Adriana Salvatierra, ex-senadora da Bolívia
Aída García-Naranjo, ex-ministra do Peru
Alejandro Navarro, senador do Chile

Aloizio Mercadante, ex-ministro do Brasil
Álvaro García Linera, ex-vice-presidente do Bolívia
Ana Isabel Prera, ex-deputada da Guatemala
Camilo Lagos, presidente do Partido Progressista do Chile
Carlos Ominami, ex-senador do Chile
Carlos Sotelo, ex-senador do México
Carlos Tomada, embaixador da Argentina
Carol Proner, jurista do Brasil
Celso Amorim, ex-chanceler do Brasil
Clara López Obregón, ex-ministra da Colômbia
David Choquehuanca, vice-presidente do Bolívia
Esperanza Martínez, ex-senadora do Paraguai
Felipe Solá, chanceler da Argentina
Gabriela Rivadeneira, deputada nacional do Equador
Guillaume Long, ex-chanceler do Equador
Irene Montero, ministra da Igualdade do Governo da Espanha
Iván Cepeda, senador da Colômbia
Jorge Taiana, senador da Argentina
José Miguel Insulza, senador do Chile
Karol Cariola, deputada do Chile
María José Pizarro, deputada da Colômbia
Mario Delgado, ex-deputado do México
Maximiliano Reyes, subsecretário para América Latina e o Caribe do Governo do México
Mónica Xavier, senadora do Uruguai
Ricardo Patiño, ex-chanceler do Equador
Zoé Robledo, ex-senador do México

Fevereiro de 2021

Notas

¹ Luiz Inácio Lula da Silva

² De Sousa Santos, Boaventura (2017).

Democracia y transformación social. Bogotá: Siglo del Hombre Editores

³ Encíclica Fratelli Tutti, 2020

⁴ Comunidad Andina, Unasur, Mercosur, Organización del Tratado de Cooperación Amazónica, Alba, Caricom, Alianza del Pacífico, Asociación de Estados del Caribe y SICA.



**GRUPO
DE PUEBLA**

NÃO AO ESCÁRNI DA VACINA VIP

O projeto de lei que permite a compra de imunizantes pela iniciativa privada é um desafio. Enquanto o “fura fila” dos ricos atropela direitos, o povo segue aguardando vacinação que não vem por conta do negacionismo de Bolsonaro

Por Elvino Bohn Gass *

Nesta semana, em votação que contou com o repúdio do do PT, a Câmara dos Deputados aprovou o escandaloso Projeto de Lei 948/21, que cria uma vacinação VIP contra a Covid-19 para empresários e seus familiares. É um escárnio. Num momento de colapso sanitário, por pura incompetência e insensibilidade do governo Jair Bolsonaro, quando morrem 4 mil pessoas diariamente pelo novo coronavírus, a elite brasileira mostra a sua face mais mesquinha para colocar em marcha um plano que escandaliza o mundo.

Enquanto o “fura-fila” dos ricos atropela direitos, o povo brasileiro segue aguardando ansiosamente a imunização que não vem por conta do negacionismo e da demonização que Bolsonaro fez da vacina desde o início da pandemia, há mais de um ano. O Brasil deixou de contar com pelo menos 700 milhões de doses de vacinas num momento em que estavam disponíveis.

Pesquisa Epicovid, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mostra que o Brasil poderia ter evitado 225 mil mortes até março. Isso se houvesse ações adequadas

e coordenadas em nível nacional. E se a vacina fosse comprada no tempo certo. E, claro, caso o governo não estivesse contaminado pelo negacionismo. Tais mortes são o resultado da política genocida deliberada do capitão-presidente, que agora celebra com empresários que querem furar a fila da vacina e enfraquecer o SUS.

A elite do atraso, que ajudou a construir o corredor da morte e levar o Brasil à liderança do ranking mundial de mortes diárias por Covid-19, mostra sua perversidade ao apoiar o indecente projeto de lei. A proposta destrói o Plano Nacional de Imunizações e abandona critérios técnicos, epidemiológicos, científicos e humanitários de vacinar primeiro os mais vulneráveis, aqueles que têm maior risco de morrer se contraírem a Covid. Pandemias se combatem com uma visão solidária, não com individualismo e egoísmo.

Essa elite endinheirada quer aprofundar o fosso social e consolidar o Brasil como país em que uma minoria tem direitos e a maioria da população fica ao Deus dará.

É tudo tão absurdo que se aprovou norma que permite comprar vacinas – hoje inexistentes no



Richard Casas

mercado – sem obedecer aos parâmetros de qualidade estabelecidos pela OMS.

Qualquer lixo com nome de vacina poderá chegar ao Brasil, mas os mentores do projeto de lei, de forma alucinada, querem é sair na frente do povo, para mostrar que têm mais direitos por terem dinheiro. Como os ricos que fugiam nos poucos botes salvavidas reservados à primeira classe do Titanic, que afundava. Lá e aqui, agora, deixam a maioria à mercê da morte.

Nós, do PT, defendemos o SUS, ferramenta estratégica para enfrentar a Covid-19, com respeito aos direitos de todo o povo brasileiro. Não aceitamos privilégios e nem a mercantilização da saúde. Sobretudo num momento em que mais de 340 mil pessoas já morreram nesta pandemia.

O projeto fura-fila é um escárnio que celebra a máxima do egoísmo “pouca imunização, minha vacina primeiro”. Não! O projeto “fura-fila” é um desafio. Se os empresários quiserem ajudar, comprem vacinas e doem para o SUS. •

*Deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul, é líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara.



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

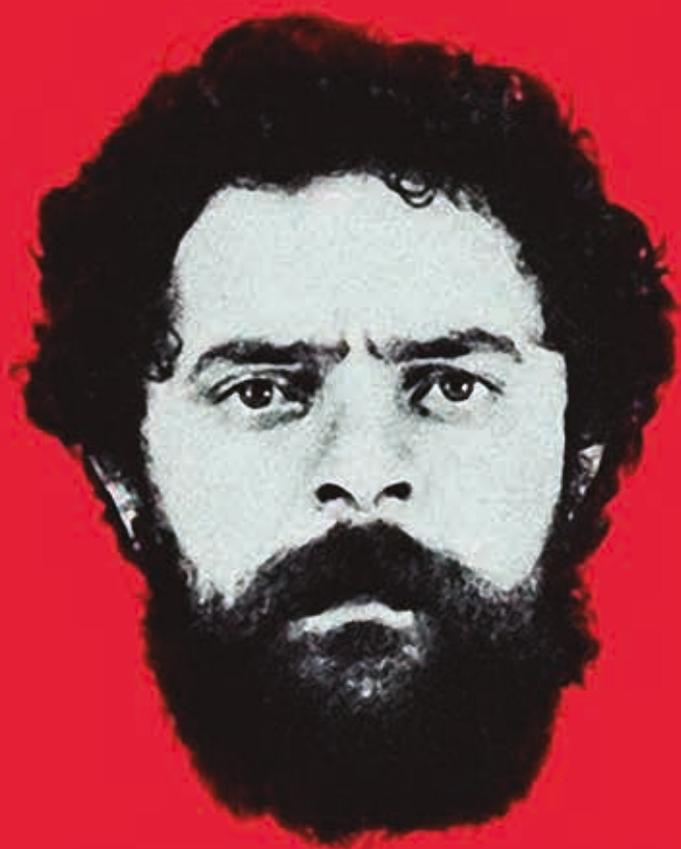
OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.



JUSTIÇA
PARA LULA